# 1 – Identificação

## 1.1. Dados Identificadores da Unidade Descentralizada – Unidade Gestora

| |
|---|
| Nome completo e sigla:<br>**2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – 2ª SRPRF** |
| Natureza jurídica:<br>**Órgão da administração direta do Poder Executivo** |
| Vinculação ministerial:<br>**Vinculado ao Ministério da Justiça** |
| Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional:<br>**Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 04/10/95, e pelo Regimento interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal que definiu no âmbito das respectivas circunscrições a competência das Superintendências Regionais de executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.**<br><br>**A 2ª Superintendência Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico integrante do Ministério da Justiça, a que se refere o artigo 2.º, alínea "g" do capitulo II, do Anexo I do Artigo 1.º do Decreto n.º 2.802, de 13 de Outubro de 1.998, conta no Estado de Mato Grosso com 17 (dezessete) Postos fixos de fiscalização, 08 (oito) delegacias e a Sede Administrativa.** |
| CNPJ:<br>**00.394.494/0115-02** |
| Nome e código no SIAFI:<br>**200120 – 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal** |
| Códigos das UG abrangidas:<br>**Não consolida outras unidades** |
| Endereço completo da sede:<br>**Rua Joaquim Murtinho, 1400. Bairro Centro-Sul. CEP.: 78020 – 830. Cuiabá/MT. Telefones (65) 3928 – 3065/3017.** |
| Endereço da página institucional na internet:<br>**www.dprf.gov.br** |
| Situação da unidade quanto ao funcionamento:<br>**Em pleno funcionamento** |
| Função de governo predominante:<br>**Segurança Pública** |
| Tipo de atividade:<br>**Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização** |
| Unidades gestora utilizada no SIAFI<br>**200120 – 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal** |

## 1.2. Estrutura Organizacional da 2ª SRPRF/MT

1.2.1 - **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**

1.2.1.1 - NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO
1.2.1.2 - NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
1.2.1.3 - NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA

1.2.1.4 - **SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

1.2.1.4.1 - NÚCLEO DEOPERAÇÕES ESPECIAIS
1.2.1.4.2 - NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES
1.2.1.4.3 - NÚCLEO DE REGISTRO E MEDICINA LEGAL

1.2.1.5 - **SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

1.2.1.5.1 - NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
1.2.1.5.2 - NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL
1.2.1.5.3 - NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO
1.2.1.5.4 - NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS
1.2.1.5.5 - NÚCLEO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES

1.2.1.6 - **SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

1.2.1.6.1 - NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL
1.2.1.6.2 - NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

1.2.1.7 - **CORREGEDORIA REGIONAL**

1.2.1.7.1 - NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS

1.2.1.8 - **DELEGACIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

1.2.1.8.1 - NÚCLEO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

## 1.3. Apresentação

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a Norma de Execução nº 05, de 28 de dezembro de 2007, aprovada pela Portaria CGU nº 1.950/2007, com a Instrução Normativa TCU nº 47/2004 e a Decisão Normativa TCU nº 85/2007, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2007.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas

Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2007. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim, o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2007 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA 2007 e os relatórios de atividade das seções e núcleos.

Com o presente documento, a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

CLARINDO FERREIRA DA SILVA
Superintendente Regional

## 2. Responsabilidades Institucionais

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional. A Polícia Rodoviária Federal, pela sua capilaridade (presente em todo o país) é o contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vitimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples

aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se

pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a auto sustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Durante o exercício de 2007, a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais que cortam o Estado de Mato Grosso, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A Polícia Rodoviária Federal no Estado de Mato Grosso com suas 8 (oito) delegacias e 17 (dezessete) postos de fiscalização e, por meio do policiamento ostensivo de ronda com o efetivo de 342 (trezentos e quarenta e dois) policiais nos 4.000 Km (quatro mil quilômetros) de rodovias federais, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos, assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

O Exercício de 2007 ficará marcado com um dos anos mais violentos da última década na questão de acidentes de trânsito. A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceram em pistas com boas condições de trafegabilidade. Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que o prejuízo com acidentes nas rodovias federais em 2007 custou ao Brasil R$ 10,6 bilhões.

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF, com aumento de 4,82% das multas em relação à 2006, não se conseguiu reduzir o número de acidentes em 2007.

Em 2008, o planejamento é intensificar mais ainda a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes. Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: a crise aérea, que aumentou o tráfego em rodovias nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, colocando em circulação quase quatro milhões de novos veículos, o que abarrotou as estradas federais e, por via de conseqüência, aumentou a probabilidade de acidentes e, por

último, a melhoria das condições das rodovias, reforçando paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devido ao excesso de velocidade.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007 (banco de dados que integra todos os DETRANs do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Desde o Carnaval, os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo. Ao todo, mais de sete milhões de veículos foram fiscalizados. A seguir, é apresentado quadro comparativo dos resultados de 2006 e 2007 onde se verifica o aumento do índice de acidentes/mortos/feridos nas rodovias federais do Estado. O referido índice leva em consideração o aumento anual da frota nacional de veículos automotores.

| ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS – 2006 | | | |
|---|---|---|---|
| LOCAL | ACIDEN-TES | TOTAL DE MORTOS | TOTAL DE FERIDOS |
| BR 174 | 291 | 18 | 272 |
| BR 163 | 494 | 65 | 350 |
| BR 364 | 1039 | 84 | 598 |
| BR 070 | 356 | 25 | 365 |
| BR 158 | 47 | 5 | 53 |
| Total | 2227 | 197 | 1638 |

Foram realizadas trinta operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de 1,5 toneladas de cocaína, equivalente a R$ 18.750.000,00 (dezoito milhões setecentos e cinqüenta mil reais), 812,30 gramas de maconha, detenção de 171 pessoas por tráfico de entorpecentes e apreensão de 60 armas de fogo.

Como defensora do meio ambiente, a PRF também mostrou empenho em ações conjuntas com o Ibama. Foram apreendidas 10.194 m³ (dez mil cento e noventa e quatro metros cúbicos) de madeira extraída de forma irregular durante o ano. A quantidade representa cerca de 820 árvores em idade adulta. Vinte e dois animais silvestres, entre aves raras e mamíferos em extinção, foram descobertos pela Polícia Rodoviária Federal em compartimentos cada vez mais criativos e cruéis. Dentro de pneus estepes, no interior da lataria dos veículos e em compartimentos sem nenhum tipo de ventilação.

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias de Mato Grosso. Durante o ano, a PRF retirou 57 crianças e adolescentes de áreas de risco. A terceira edição do Guia para a Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil, confeccionado anualmente pela Seção de Policiamento e Fiscalização, também merece destaque. Por meio do mapeamento de toda malha viária federal, a Polícia Rodoviária Federal pode identificar pontos críticos e combater efetivamente a exploração sexual de menores.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a Polícia Rodoviária Federal como aliada. Ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público Federal.

Os XV Jogos Pan-Americanos, cuja segurança foi organizada e supervisionada pela SENASP, também marcaram a atuação da PRF de Mato Grosso em 2007. Todos os acessos à cidade do Rio de Janeiro receberam efetivo extra de policiais rodoviários federais, especializados em técnicas de combate à criminalidade. Os números comprovam o sucesso da Operação Podium. Durante trinta dias, 295 criminosos foram presos no estado. A Polícia Rodoviária Federal ainda apreendeu quase 100 quilos de drogas, mais de nove mil esferas de haxixe, 68 granadas, 16 fuzis e metralhadoras, dólares e reais provenientes de ações criminosas.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Estado. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

O exercício de 2007 também foi um ano de grandes investimentos para a PRF, no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do orgão, graças ao crédito extraordinário de R$ 28.000.000,00, concedido ao final do ano.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos.

Foi dado prosseguimento ao gerenciamento e fiscalização dos contratos de manutenção de viaturas, controlando os gastos com a manutenção dos veículos desta Regional, acompanhando os serviços executados pela contratada, analisando orçamentos e verificando se é viável, ou não, a manutenção de cada veículo.

Foram elaborados os Mapas Anuais de Veículos Oficiais para o período 2007, onde constam todos os valores referentes aos gastos com combustível, serviços e materiais para cada veículo da 2ª SR.PRF/MT, e para cada mês, cujos valores estão atualizados até Dezembro/2007.

Em 2007 mantivemos os contratos de manutenção de Viaturas com as empresas Mundo dos Freios (Barra do Garças/MT), Moto Raça e Gramarca Distribuidora de veículos (Cuiabá/MT).

| **2ª SRPRF/MT – MANUTENÇÃO DE VIATURAS** | | | |
|---|---|---|---|
| | **2006** | **2007** | **VARIAÇÃO** |
| **MATERIAL** | **316.726,90** | **263.804,91** | **- 16,71** |
| **SERVIÇOS** | **97.709,90** | **112.236,38** | **14,87** |
| **TOTAL** | **414.436,80** | **376.041,29** | **-9,26** |

Diante do exposto, observamos que em 2007 houve um decréscimo dos gastos com manutenção de viaturas em relação a 2006, na ordem de 9,26% (nove vírgula vinte e seis por cento).

Atualmente, a regional conta com 118 (cento e dezoito) viaturas oficiais em seu patrimônio, sendo que em 2007 foi realizado o 2º Leilão de Veículos oficiais da 2ª SR.DPRF/MT, onde foram leiloados 17 (dezessete) veículos pertencentes a esta 2ª SR.DPRF/MJ.

De acordo com a informação dos chefes de delegacias da regional, por meio da análise do cálculo do coeficiente de adequação das instalações físicas e viaturas: 61,76% dos postos e delegacias possuem viaturas adequadas, 47,06% possuem viaturas com menos de 04 anos de uso e 76,47% possuem a quantidade de viaturas adequadas para o bom desempenho das atividades.

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial da 2ª SRPRF/MT são originárias do extinto DNER, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido a 2ª SRPRF/MT por meio do DPRF com o plano de obras e reformas, tem construído, reformado e ampliado suas unidades operacionais.

Em 2007, em virtude do crédito extraordinário, foi possível contratar a reforma de 12 postos/delegacias que estavam em péssimo estado de conservação e a reforma das instalações da sede da regional no valor de R$ 23.290,30 (vinte e três mil duzentos e noventa reais e trinta centavos), o que contribuirá em muito para melhoria do clima organizacional dos policiais destas unidades.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do Departamento.

Diante das dificuldades encontradas no exercício, em face do contingenciamento e liberação tardia de recursos e da grande extensão territorial do Estado, a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em informação prestada pelos chefes de delegacia, indicou 64,71% dos postos estão adequados quanto aos aspectos de tecnologia de informação, 58,82% estão adequados com sistema de rádio e 76,47% estão conectados à internet, demonstrando performance satisfatória.

O ano de 2007 ficará marcado pelo início do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com a aquisição de 44 computadores de mão (PDAs), com acesso a internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (RENAINF, INFOSEG), o que possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

Destaca-se, ainda em 2007, a aquisição de diversos equipamentos de informática, por meio de adesão a registro de preços do DPRF, tais como, impressoras a laser, nobreak's, computadores, servidores de rede, entre outros, além de aquisição de rádios portáteis e móveis, renovando o parque computacional da 2ª SRPRF. Segue tabela com principais aquisições na área de informática:

| **PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS -2007** | | | |
|---|---|---|---|
| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE | VALOR (R$) | TOTAL (R$) |
| Coletor de dados - PDA | 44 | 4.379,00 | 192.676,00 |
| Impressora térmica | 30 | 2.465,00 | 73.950,00 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Estações de trabalho | 12 | 1.360,00 | 16.320,00 |
| Impressora laser | 15 | 729,80 | 10.947,00 |
| Nobreak | 16 | 332,55 | 5.320,80 |
| Servidor de Rede | 02 | 7.160,21 | 14.320,42 |
| Telefone IP | 25 | 140,00 | 3.500,00 |
| Monitor LCD | 50 | 463,00 | 23.150,00 |

Através destas ações de modernização, a 2ª SRPRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública no Estado, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

## 2.1. Competências Legais e Regimentais

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.

Assim, além da própria competência constitucional, a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal órgão integrante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal , nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

• realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais que cortam o Estado de Mato Grosso,executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;

• exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

• aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

• realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

• credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;

• assegurar a livre circulação nas rodovias federias podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o estado de Mato Grosso, dada a sua estruturação que contempla uma unidade administrativa, sediada em Cuiabá, com 08 sub-unidades administrativas, denominadas Delegacias, e 17 postos fixos de fiscalização.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal subunidade administrativa do Departamento de Polícia Rodoviária Federal um perfil institucional que a qualifica como o executor de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

Nesse diapasão é que a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal subunidade administrativa do Departamento de Polícia Rodoviária Federal vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição Policial Rodoviária Federal.

Entretanto, para que o desempenho da Organização acompanhe esses níveis de exigência e gerados pelo aumento e diversificação da demanda, se faz necessárias medidas de reestruturação de quadros e ingresso de novos policiais e servidores mediante concurso público, sendo que no ano de 2007 foi autorizada a realização de processo seletivo para preenchimento de 340 vagas, distribuídas entre os Estados do Pará e Mato Grosso havendo, entretanto, a necessidade de um quantitativo mais significativo de servidores, com base nos claros relativos aos cargos vagos já existentes, sem contarmos a necessidade ideal pautada em estudos técnicos que remontam a um quantitativo ainda maior de efetivo, aliado à necessidade constante de evolução da capacitação e reciclagem dos servidores em atividade, em decorrência desse plexo de atuação delineado.

Nessa esteira, o Egrégio Tribunal de Contas da União, em recente auditoria operacional que resultou no Acórdão nº 353/2006-Plenário, corrobora com a necessidade de aumento do quadro de pessoal do Departamento e por conseguinte desta regional, bem assim com a necessidade de investimentos estruturais com vistas a melhor equipar todo o Departamento de Polícia Rodoviária.

Assim, torna-se necessária essa adequação da estrutura organizacional existente, para atender as freqüentes mudanças na legislação, como o ingresso de novas atribuições regimentais, bem como para atender a demanda crescente de atribuições decorrentes da lavratura de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e demais parcerias com outros Órgãos da Administração Direta e Indireta.

## 3 – Estratégia de atuação

Os principais objetivos definidos para 2007 foram:
– Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias federais que cortam o Estado;
– Reforço nas ações de combate à criminalidade;
– Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas.

### 3.1. Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias federais que cortam o Estado

**Estratégia: Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos**

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos.

O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, o DATATRAN, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

• Falta de efetivo: Diversos postos possuem apenas dois policiais de plantão, como é necessário um policial no posto para atendimento ao público e atendimento de chamadas emergenciais, permanece apenas um policial para fazer o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que é altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Dessa forma, nos postos onde o efetivo é reduzido, o serviço de ronda é prejudicado, e os policiais se concentram em operações em frente ao posto, não utilizando o cartão programa, deixando de fiscalizar os pontos críticos nas rodovias.

• Um outro aspecto observado foi a relação quilômetro fiscalizado por posto. Foi verificado que uma grande quantidade de postos tem como competência fiscalizar mais de 300 km de rodovias, quando o ideal era fiscalizar no máximo 100 km, pois, nesse caso, a viatura levaria em média uma hora para atender a uma ocorrência no local mais distante do posto. Nestes postos, com grande malha rodoviária para fiscalizar, verificou-se também que não havia efetivo suficiente para criação de várias rondas para serem distribuídas nos pontos críticos mais distantes do posto, tendo como conseqüência a não fiscalização dos pontos críticos distantes.

• É de ressaltar que uma parcela razoável de policiais do quadro, encontram-se realizando atividades administrativas, na sede da regional e nas delegacias. Para sanar este problema o DPRF tem feito gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para autorização de concurso para servidores administrativos (administradores, engenheiros, contadores, médicos, analistas de sistema, técnicos administrativos, etc) porém, ainda não se conseguiu o atendimento desta demanda. A contratação de servidores administrativos, liberaria um contingente significativo de policias para atuarem novamente nas pistas, suprindo em parte, a carência de efetivo.

• Recursos insuficientes para aquisição de combustíveis e manutenção de viaturas: Devido às restrições orçamentárias na LOA 2007, a estimativa inicial era de que os recursos para aquisição

de combustíveis eram suficientes somente até o mês de outubro, neste sentido foi solicitado crédito suplementar para atender a esta demanda, assim como fomos orientados pelo DPRF a reduzir os gastos com combustíveis, o que gerou a diminuição da realização de rondas nas rodovias, utilizando-se as viaturas para deslocamentos prioritariamente em casos de acidentes. Em 31/08/2007 foi liberado crédito suplementar na ordem de R$ 4.379.000,00, o que possibilitou retornar ao andamento normal das operações com as viaturas.

**3.2. Reforço nas ações de combate à criminalidade**

**Estratégia: Capacitação dos policiais nas ações de combate a criminalidade**

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, o que lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2007, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o curso de combate ao crime ministrado para os policiais que participaram da segurança dos Jogos Pan-americanos.

**3.3. Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas**

**Estratégia 1: Reforma de postos de fiscalização**

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

• Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

1- Recursos ordinário insuficiente para atender as várias necessidades de reformas:

Devido às limitações orçamentárias, as obras de reforma, com o recurso ordinário, foram exclusivamente as que foram licitadas ao final de 2006 e não haviam sido empenhadas no prazo fixado. As novas demandas de 2007, ficaram reprimidas. Mesmo assim, conseguimos contratar uma empresa especializada para a realização de reformas de 12(doze) postos no Estado.

2- Emendas parlamentares contingenciadas:

Conseguimos uma emenda parlamentar na LOA 2007 no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para execução de obras no estado, porém, como o recurso de emendas parlamentares ficou contingenciado até o final do ano, não conseguimos realizar o processo licitatório a tempo de se empenhar os recursos. Utilizando apenas um terço do recurso disponível para a realização de serviço na sede da regional em face do aproveitamento do processo realizado em 2006.

**Estratégia 2: Substituição de viaturas obsoletas**

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso é necessária a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custo com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional da Instituição.

• Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

1- Emendas parlamentares contingenciadas:

A emenda parlamentar para compra de viaturas, no valor de R$ 13.465.000,00, ficou contingenciada até o mês de dezembro. As 319 viaturas adquiridas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal com esse recursos, somente serão entregues a todas regionais em 2008, ano em que se verá o resultado efetivo desta aquisição.

**Estratégia 3: Melhorar a Segurança no Centro de Processamento de Dado do Núcleo de Informática e Telecomunicações.**

Devido a problemas de superaquecimento e interrupções de energia no ambiente dos servidores de rede do núcleo de telecomunicações e informática, todos os sistemas da 2ª SRPRF podem parar de funcionar, prejudicando o serviço rotineiro do policial na rodovia: consulta aos bancos de dados de segurança pública e preenchimento dos boletins de ocorrências eletrônico.

Neste sentido, é estratégica a melhoria da segurança contra falta de energia e superaquecimento dos equipamentos, por intermédio da aquisição de nobreaks, aparelhos de ar condicionado e sensores de temperatura.

Esta estratégia foi integralmente executada, através das aquisições dos equipamentos listados acima.

Devido ao acréscimo de recurso, pelo crédito extraordinário liberando em dezembro de 2007, outros projetos que estavam aguardando recursos puderam ser realizados, como o projeto Sistemas de Tecnologias Integradas. Foram adquiridos também, diversos equipamentos de informática, demandados por esta Regional.

## 4 - Gestão de Programas e Ações

**4.1 –** *Programas*
**4.1.1 -** *Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal*
**4.1.1.1. –** *Dados Gerais*

| Tipo de Programa | Finalístico |
|---|---|
| Objetivo geral | Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública. |
| Gerente de programa | Hélio Cardoso Derenne |

| | |
|---|---|
| | |
| Gerente Executivo | Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas |
| Público Alvo | Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais |

### 4.1.1.2 – Principais ações do programa

11MC - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.
1821- Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.
1835- Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação.
7061 - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária.

### 4.1.1.3 – Gestão das Ações

**4.1.1.3.1 -** *AÇÃO:11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal*

| Tipo | Projeto |
|---|---|
| Finalidade | Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico. |
| Descrição | Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura |
| Coordenador nacional da ação | GIVALDO MEDEIROS DA SILVA |
| Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso) | Não se aplica |

## Resultados

Os recursos disponibilizados para construção e ampliação de bases operacionais da 2ª SRPRF/MT, por meio de emenda parlamentar, na ordem de R$ 100.000,00 (cem mil reais) não foram utilizados em sua totalidade, diante da liberação tardia, sendo possível utilizar R$ 23.290,30 (vinte e três mil duzentos e noventa reais e trinta centavos) na ampliação da sede da regional.

**4.1.1.3.2 -** *AÇÃO:1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal*

| Tipo | Projeto |
|---|---|
| Finalidade | Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora. |
| Descrição | Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura |
| Coordenador nacional da ação | GIVALDO MEDEIROS DA SILVA |
| Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso) | Não se aplica |

## Resultados

Em 2007, em virtude do crédito extraordinário, foi possível contratar a reforma de 12 postos/delegacias que estavam em péssimo estado de conservação por meio da realização de licitação na modalidade convite e manutenção corretiva dos imóveis decorrentes de serviços emergenciais em virtude de fatores climáticos como queima de transformadores, bomba de poços artesianos, rupturas de fossas sépticas, numa despesa de R$ 198.656,52 (cento e noventa e oito mil seiscentos e cinqüenta e seis reais e cinqüenta e dois centavos).

O contingenciamento e a liberação tardia dos recursos orçamentários impossibilitaram a contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva de 05 postos de apoio e 02 delegacias no Estado de Mato Grosso.

**4.1.1.3.3 -** *AÇÃO:1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação*

| Tipo | Projeto |
|---|---|
| Finalidade | Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal. |
| Descrição | Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Manutenção e desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição de programas, computadores, servidores e acessórios para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas e das demais áreas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver sistemas. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Administração de Redes |
| Coordenador nacional da ação | RODNEY LOEFFLER RAMOS PORTILHO |
| Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso) | Não se aplica |

## Resultados

O ano de 2007 para a informática no âmbito da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso foi marcado por escassez de recursos para aquisição de materiais permanentes. Assim como em 2006, ocorreu contingenciamento de recursos que prejudicou substancialmente melhorias na área de Tecnologia da Informação, sobretudo no contrato de Transmissão de Dados.

A instalação do CACIC (Configurador Automática e Coletor de Informações Computacionais), Software Livre do Governo Federal, possibilitou uma maior agilidade no levantamento de todo parque de informática. Tal ferramenta possibilita também maior acompanhamento das configurações ativas das máquinas, bem como da possibilidade de levantamento de todo software instalado em cada um dos microcomputadores. Fornecendo desta forma informações valiosas para o planejamento do setor.

Destaca-se também a implantação do CACTI e do NAGIOS, ambos sendo software livre voltados para a gerência da área de redes. Com recursos gráficos que possibilitam de forma automatizada a notificação que um ponto da rede está com o link interrompido, bem como a conferência do tráfego de rede em qualquer momento. Resultando numa melhor eficácia na gestão de contratos de transmissão de dados e agilizando a recuperação do serviço.

Independente do contingenciamento de recursos, houve um acréscimo de 38% no número de microcomputadores. Passando de 87 (oitenta e sete) para 120 (cento e vinte), onde 37 (trinta e sete) estão instalados nos postos e delegacias e o restante na sede da 2ª SPRF/MT.

Atualmente existe o modelo de microcomputador “padrão” no âmbito da 2ª SPRF/MT, que segue a seguinte configuração:Processador igual ou superior a 1,6 Ghz; Memória RAM de no mínimo 512 MB e Disco rígido de no mínimo 80 GB.

Apenas 22 (vinte e duas) máquinas não atingem esses requisitos atualmente. O que significa que quase 82% estão dentro do padrão estabelecido pelo NUTEL. Sendo que em 2008 deveremos atingir 100% dos equipamentos.

Tentamos, por várias vezes, a realização de um contrato para a manutenção corretiva e preventiva de informática e telecomunicações, assim como em 2006, de forma a possibilitar e agilizar o conserto de equipamentos que apresentam defeitos fora do período de garantia. Apesar dos esforços, que resultaram na elaboração de um Termo de Referência para aquisição desse serviço, o mesmo não foi autorizado por falta de recursos. Resultando em acúmulo de materiais defeituosos no NUTEL e NUPAT sem poderem ser utilizados.

Por falta de recursos, não foi possível o aumento da velocidade da rede, que se encontra bastante estagnada. O projeto rejeitado visava dobrar a velocidade utilizando-se o aditivo de 25% no contrato de Transmissão de Dados.

No 2º semestre 2007, foram realizadas viagens administrativas para manutenção preventiva de informática e telecomunicações. Cada posto/delegacia foi visitado uma única vez no decorrer do ano, visto que os recursos para custear as diárias foram disponibilizadas apenas no último semestre de 2007, a carência de meios de transporte também contribuiu para que a freqüência de visitas ficasse bem abaixo do ideal. Motivo pelo qual é de suma importância a aquisição de veículo exclusivo para utilização dos servidores do NUTEL.

Devido à existência de crédito suplementar ao final de 2007 foram abertos diversos processos para aquisição de materiais e serviços para modernização da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso:

- Aquisição de 44 (quarenta e quatro) PDAs (computadores de mão) para policiamento e fiscalização. Agilizando o processo de notificação e consultas diversas necessárias ao agente policial

– Aquisição dos seguintes materiais de informática, mediante adesão ao registro de preços do Pregão Nº 47/2007 do DPRF:

| Item | Descrição | Quant | Valor Unitário | Valor Global |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Mon. LCD 17” | 50 | R$ 463,00 | R$ 23.150,00 |
| 3 | Estação de Trabalho | 12 | R$ 1.360,00 | R$ 16.320,00 |
| 4 | Impressora Laser | 15 | R$ 729,80 | R$ 10.947,00 |
| 5 | No Break 700 | 0 | R$ 228,99 | R$ 0,00 |
| 6 | No Break 1200 | 16 | R$ 338,00 | R$ 5.408,00 |
| 7 | No Break 3000 | 2 | R$ 1.850,00 | R$ 3.700,00 |
| 8 | Servidor Mono | 1 | R$ 6.264,00 | R$ 6.264,00 |
| 9 | Servidor Bi | 1 | R$ 8.366,64 | R$ 8.366,64 |
| 10 | Switch | 2 | R$ 216,00 | R$ 432,00 |
| 13 | ATA | 0 | R$ 94,00 | R$ 0,00 |
| 14 | Telefone IP | 25 | R$ 140,00 | R$ 3.500,00 |
| 19 | Rack | 1 | R$ 4.750,00 | R$ 4.750,00 |
| TOTAL GERAL | | | | **R$ 82.837,64** |

– Aquisição de materiais de consumo de informática, a serem utilizados para reparos de equipamentos e atualização dos computadores, mediante adesão ao registro de preço do pregão Nº 03/2007 do 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada do Rio Grande do Sul:

| Item do pregão | Descrição | Quant. | Valor unitário (R$) | Valor total (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 2 | PLACA MÃE, COMPONENTES SOCKET 754, CONTROLADORA VÍDEO, SOM, MODEM, REDE, APLICAÇÃO MATERIAL DE INFORMÁTICA, TIPO PORTAS 1 AGP, 1 PCI, 1CNR, SATA, USB 2.0, FREQUÊNCIA FSB 800 MHZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ON BOARD | 24 | 177,00 | 4.248,00 |
| 4 | PROCESSADOR, TIPO SEMPRON, FREQUÊNCIA MÍNIMA 1800 MHZ, ENCAPSULAMENTO AMD, VELOCIDADE PROCESSAMENTO 1.8 GHZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SOQUETE 754, MEMÓRIA CACHE L1 128 E L2 256 KB, APLICAÇÃO MICROCOMPUTADOR | 24 | 143,00 | 3.432,00 |
| 7 | UNIDADE GRAVADORA CD / DVD, PADRÃO E-IDE, TEMPO MÉDIO ACESSO DVD 230 MS, TEMPOMÉDIO ACESSO CD-ROM 230 MS, CAPACIDADE BUFFER 2 MB, COMPATIBILIDADE CD-R, CD- RW, DVD+R, DVD-R, DVD+RW, E DVD-RW, VELOCIDADE GRAVAÇÃO 4X, 2X | 30 | 126,00 | 3.780,00 |
| 13 | CAIXA SOM, POTÊNCIA 180 W P.M.P.O, COR BRANCA, VOLTAGEM 120 V, TIPO FONTE INTERNA, APLICAÇÃO COMPUTADOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR OUVIDO, AMPLIFICADOR INTERNO | 28 | 8,70 | 243,60 |
| 22 | DISCO RÍGIDO REMOVÍVEL, CAPACIDADE MEMÓRIA 80 GB, VELOCIDADE LOCALIZAÇÃO 100 MBPS, COMPATIBILIDADE WINDOWS NT, 2000 E XP, INTERFACE ULTRA ATA, APLICAÇÃO MICROCOMPUTADOR | 30 | 175,00 | 5.250,00 |
| 37 | SWITCH, QUANTIDADE PORTAS 8 UN, TIPO PORTAS 100 BASE-TX E 10 BASE-T EM RJ 45, VELOCIDADE PORTA 10/100 MBPS, | 27 | 52,00 | 1404,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SUPORTE COMUTAÇÃO IEEE 802.3 E IEEE 802.3 U, HALF-, APLICAÇÃO CONECTAR MICROCOMPUTADOR À REDE | | | |
| 18 | GABINETE, TIPO TORRE, MATERIAL ESTRUTURA ALUMÍNIO, SISTEMA VENTILAÇÃO NATURAL,ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTURA LISA, COR BRANCO GELO, ALTURA EXTERNA 41 CM, LARGURA EXTERNA 20 CM, PROFUNDIDADE 46 CM, MODELO ATX, BAIAS 4 X 5,25´; 2 X 3,5´ EXPOSTAS; 2 X 3,5´ NÃO EXPOST A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 USB FRONTAIS, 7 SAÍDAS P/ PCI PARTE DE TRÁS, AC O, COMPATIBILIDADE PENTIUM IV, FONTE ALIMENTAÇÃO 110/220 V | 20 | 90,00 | 1.800,00 |

O NUTEL contou com apenas 3 (três) servidores durante maior parte de 2007. Sendo 2 (dois) policiais e 1 (um) estagiário. Um número extremamente reduzido para gerência de toda área de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito do estado de Mato Grosso.

**Área de Telefonia**

Em 2007 os contratos de telefonia fixa, tanto da Embratel, como da Brasil Telecom foram prorrogados, em conformidade com a norma vigente.

Foram detectados alguns problemas com a central telefônica da 2ª SPRF/MT, devido à sua antiguidade. Devido ao contingenciamento de recursos, não foi possível a aquisição de nova central para substituição. Apesar disso, a troca da fonte de alimentação do PABX amenizou os problemas identificados, que incluíam a desprogramação devido a problemas energéticos.

No final do primeiro semestre, houve a implantação do VoIP (Voz sobre IP) no âmbito da 2ª SPRF/MT. Tal tecnologia permitiu a possibilidade que as unidades da PRF no estado comuniquem entre si sem qualquer custo, uma vez que utiliza a infra-estrutura da rede lógica de transmissão de dados já existente. A utilização desse serviço em 2007 foi de 4.937 (quatro mil, novecentos e trinta e sete horas). Considerando que o serviço começou a ser utilizado efetivamente em junho de 2007, chegamos à média de utilização de 833 (oitocentos e trinta e três) minutos por mês. A utilização só não foi maior devido a limitações existentes na rede de dados, que em certos momentos não comportam tal fluxo de dados.

O contrato de telefonia móvel não foi renovado devido a problemas relacionados à empresa Americel S/A. A assistência técnica dos aparelhos celulares se apresentou bastante deficiente, bem como a ocorrência de indisponibilidade de serviço sem qualquer justificativa por parte da contratada. Motivo pelo qual se decidiu realizar uma nova licitação para contratação desse serviço. Devido a impugnações realizadas pela VIVO, AMERICEL e BRASILTELECOM, o certame não foi realizado. Sendo um novo processo aberto em 2008. Até a presente data, foi concluída a pesquisa de mercado e o processo encaminhado à Seção Administrativa Financeira para o seu prosseguimento.

**Área de Radiocomunicação**

Dentre os serviços na área de radiocomunicação podemos citar que foram realizados os seguintes serviços:

1- Substituição de fonte de alimentação nos PPRFs de Diamantino, Primavera do Leste, Rondonópolis e Cuiabá.
2- Programação de 43 rádios fixos linha M e PRO (da marca Motorola) e todos os rádios portáteis;
3-Elaboração de Processo visando contrato de manutenção de equipamentos de telecomunicações e infraestrutura. No entanto não foi aprovado devido a falta de recursos financeiros.
4-Manutenção no sistema de telecomunicações de 10 viaturas da regional;
5-Manutenções corretivas e preventivas nos rádios das VTR´s desta regional bem como dos rádios fixos nos postos da PRF realizados mediante viagens administrativas.
6-Manutenção de 8 (oito) rádios portáteis, mediante recursos extraordinários disponibilizados ao final do ano.

Devido à falta de recursos para contratação de serviços, ainda não foi possível a instalação das 6 (seis) repetidoras no estado em 2007.

**4.1.1.3.4 -** *AÇÃO:7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária*

| Tipo | Projeto |
|---|---|
| Finalidade | Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas. |
| Descrição | Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação Geral de Administração |
| Coordenador nacional da ação | FRANCISCO BRANDÃO DE OLIVEIRA |
| Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso) | Não se aplica |

No ano de 2007 foram repassadas pelo DPRF 13 (treze) viaturas para compor a frota da regional sendo uma viatura descaracterizada para a realização de serviços administrativos (atividade meio) e doze viaturas para os serviços operacionais (atividade fim).

A quantidade é insuficiente para a realização dos serviços desta regional, sendo meta para o ano de 2008 a quantidade de 30 viaturas caracterizadas e 10 viaturas descaracterizadas.

### 4.1.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

### 4.1.2.1. – Dados Gerais

| Tipo de Programa | Finalístico |
|---|---|
| Objetivo geral | Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito. |
| Gerente de programa | Hélio Cardoso Derenne |
| Gerente Executivo | Alvarez Simões Filho |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais<br>Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais |
| Público Alvo | Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais. |

### 4.1.2.2. Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal.

2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.

2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF.

2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal.

2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal.

4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais.

86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal.

### 4.1.2.3. Gestão das Ações

**4.1.2.3.1.** *Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal*

| Tipo | Projeto |
|---|---|
| Finalidade | Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas. |
| Descrição | Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Saúde e Assistência Social |
| Coordenador nacional da ação | JANE MARGARETH CIARLINI GOULART DOS SANTOS |
| Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso) | Não se aplica |

## Resultados

Atendendo às atribuições do Núcleo de Administração de Pessoal previstas nos incisos XII e XIII do Art. 90, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal e atuando em consonância com o "Projeto Servidor Saudável – Escolha Racional e Viável", implantado pelo DPRF/MJ através da Instrução Normativa nº 20 de 06/08/2003, o Serviço de Saúde da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, instituído no âmbito desta regional através da Portaria nº 076/2004-GAB/2ªSRPRF/MT de 03/05/2004, enfrentou dificuldades nas atividades de Perícias médicas singulares e Juntas médicas, conforme os convênios com o DNIT E DPF.

Embora com vários entraves, o Serviço de Saúde conseguiu realizar várias atividades para as quais foi criado. Dentre elas podemos destacar: Acompanhamentos de casos de Perícia Médica; Controle de Atestados Médicos; Apoio a acidentes em Serviço; Suporte a perícias médicas singulares; Suporte à Junta Médica Nacional, inclusive de órgãos conveniados como DNPM, DPF e DNIT; Participação nas reuniões nas delegacias de, Primavera do Leste, Barra do Garças e Pontes e Lacerda; Inclusão, exclusão e pedidos de reembolso de servidores e dependentes na Medial, Odontoclínicas e Geap Saúde; Intervenção nos casos de problemas na prestação de serviços entre os servidores/dependentes com os planos de saúde; Acompanhamento dos casos de servidores e/ou dependentes em tratamento de saúde; Acompanhamento a PRF sob custódia; Visitas hospitalares e domiciliares; Pronto atendimento psicológico aos servidores e/ou dependentes com desestabilidade emocional; Assistência aos servidores de outras regionais; Apoio de consultoria aos chefes de delegacia, núcleos, em situações específicas; Vacinação para as Delegacias, conforme planejamento Delegacia de Cáceres e Pontes e Lacerda/MT; Acompanhamento a atividades físicas, como caminhadas e exercícios de alongamento em parceria com a UNIVAG; Apoio psicológico nos casos de falecimento na família.

| Tabela de atividades desenvolvidas pelo Serviço de Saúde-2ª SPRF/MT-2007 | | | |
|---|---|---|---|
| **Serviços** | **Tipo** | **Quantidade** | **Sub-total** |
| **Pronto Atendimento** | Casal | 08 | 78 |
| | Adulto | 54 | |
| | Infantil | 02 | |
| | Urgência/emergência | 14 | |
| **Acompanhamentos E Visitas** | Atividades Físicas | 28 | 60 |
| | Domiciliar | 12 | |
| | Hospitalar | 20 | |
| **Planos** | GEAP | 95 | 197 |
| | Medial Saúde | 90 | |
| | Odontoclínicas | 12 | |
| **Perícias Médicas** | Singular | 120 | 192 |
| | Junta | 72 | |
| **Diversos** | Reunião nas Delegacias | 03 | 438 |
| | Aferições (pressão) | 380 | |
| | Vacinados | 45 | |
| | Comando Médico | 03 | |
| | Glicemia | 05 | |
| | Apoio a família e acompanhamento a falecimento de servidor | 02 | |

Com o objetivo de atingir as metas traçadas para o ano de 2007, este Serviço de Saúde – Qualidade de Vida buscou desempenhar suas tarefas durante o exercício com muito profissionalismo, divulgando a Instituição Polícia Rodoviária Federal seu trabalho na área da saúde e qualidade de vida, mostrando a importância do condicionamento físico para melhor qualidade de vida e conseqüente produtividade na área de atuação.

Atuou no programa da prática da atividade física, na Academia (musculação e exercícios aeróbicos) e Parques e Pista de atletismo (com caminhadas, alongamentos), bem como utilizou testes de aptidão, como teste de Cooper e avaliações antropométricas para avaliar condição física dos policiais e administrativos.

Buscou a parceria do Centro Universitário de Várzea Grande/MT, desempenhando um trabalho brilhante junto a coordenação do centro de enfermagem, trazendo alunos-enfermeiros para

atuarem junto a este serviço de Qualidade de Vida, na melhoria da condição de saúde do servidor, com total apoio do senhor Superintendente e da Seção de Recursos Humanos desta Regional.

Realizou um trabalho de supervisão ao grupo de Psicologia Organizacional da UNIC – Universidade de Cuiabá, que trabalhou a integração e o auxílio aos aniversariantes do mês, uma promoção deste serviço de saúde, que visa a comunicação e aproximação da família PRF, envolvendo servidores da Sede e seus familiares.

Promoveu eventos sociais onde destacou o 4º Encontro das Esposas PRF no mês de dezembro com algumas parcerias e envolvimento da Sede, de todas Delegacias e Postos PRF do Estado e desenvolveu atividades para melhorar as relações dos servidores da Sede e Delegacias, bem como aposentados e pensionistas.

Houve participação efetiva do Setor na comemoração dos aniversariantes do mês, no trabalho de convênio com a Faculdade de Cuiabá – UNIC, na área da psicologia organizacional, que desenvolve desde o ano de 2003, um trabalho de integração dos servidores desta Sede, supervisionado pela PRF Idanéia Giacomini, bem como do Centro Universitário de Várzea Grande/MT, no apoio ao Mapeamento da BR 163, trecho compreendido entre Várzea Grande e a divisa com o Pará, Guarantã do Norte/MT.

Também houve a participação no 2º Encontro da Atividade Física e Qualidade Total no Departamento de Polícia Rodoviária Federal em BSB, reforçando toda atividade realizada por esta Regional na área social que evidenciou a melhor qualidade de vida de seus servidores, sendo muito elogiado o trabalho apresentado pela PRF de Mato Grosso.

Coordenamos junto ao SRH/NUCAP, a Festa de Confraternização de final de ano – 2007, realizada no Clube da Polícia Civil em Cuiabá, com a participação efetiva dos servidores da Sede PRF, familiares e convidados.

Este Serviço Qualidade de Vida atende toda SEDE PRF, Aposentados, policiais das Delegacias e Postos PRF que buscam orientação, inclusive dá apoio aos Estagiários integrando-os ao meio de trabalho.

Também apóia as atividades extra-SEDE, nos Comandos Evangelísticos, Comandos Preventivos de Saúde, Comandos Educativos e Eventos Sociais.

Buscamos a integração dos Aposentados e Pensionistas.

**Atividades desenvolvidas em 2007**

**1**- Participação em projetos de Capacitação (NUCAP e Qualidade de Vida), buscando parcerias junto à Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, nos cursos necessários ao bom andamento das atividades da Administração, como: na área de Letras, com cursos de inglês e espanhol, Informática, treinamentos para melhorar a qualidade de vida e outros similares;

**2**- Elaboração de programas e sugestões da prática da atividade física;

**3**- Realização de sorteios para salas organizarem os aniversariantes do mês;

**4**- Acompanhamento e divulgação interna das datas dos aniversariantes servidores ativos e inativos, parabenizando-os;

**5**- Supervisão e apoio logístico aos estagiários de psicologia da UNIC, que realizaram várias dinâmicas dentro do trabalho de psicologia organizacional e trabalhos com aposentados, sendo também esse trabalho o de conclusão do curso de psicologia dos estagiários;

**6**- Empenho na parceria da 2ª SRPRF com o Centro Universitário de Várzea Grande/MT – UNIVAG, conforme Termo de Responsabilidade, assinado pelo senhor Superintendente e senhor Reitor da Universidade. Esta parceria foi providencial no sentido do mapeamento da BR 163 (Várzea Grande a Guarantã do Norte – Divisa com Pará), e avaliações de saúde dos servidores da Sede PRF, Delegacias e Postos PRF mais próximos à cidade de Cuiabá;

**7**- Supervisão dos trabalhos realizados pela equipe de enfermagem do Centro Universitário – Várzea Grande, com a coordenação da professora Sônia Maria Grisante, a qual foi de suma importância na melhoria da qualidade de vida dos servidores desta SEDE e Delegacias/Postos participantes. Sendo este trabalho realizado de 15/08 a 02/12/2007, com os alunos do 6º semestre do Curso de Graduação em Enfermagem. Trabalho voltado à saúde do trabalhador onde foram desenvolvidas várias atividades como consultas de enfermagem com levantamento de problemas de ordem pessoal com orientações importantes quanto a atividade física, educação nutricional, ergonomia, organização do trabalho, doenças ocupacionais, realização de massagem craniana, reflexologia, massagem relaxante, massagem Quik realizada pelos alunos e orientados pela professora supervisora, atividade lúdica com professores de educação física do UNIVAG, apresentação de Karatê tradicional por crianças e adolescentes demostrando defesa pessoal e integração da SEDE PRF com a escola, sociedade, jovem e criança, (escola convidada pelos alunos) e um dia de Terapias Alternativas com Acupuntura realizada pela professora especialista e Massagens – toque terapêuticos, realizados pelos alunos para encerramento das atividades semestrais.

Foram avaliados 89 (oitenta e nove) servidores e os trabalhos continuarão no próximo ano, sendo estendido às Delegacias e Postos PRF. A aceitação foi ótima e o resultado será apresentado pelo UNIVAG como forma de orientação, prevenção de doenças e cuidados com a saúde, objetivo deste serviço de Qualidade de Vida/SRH.

Neste período participamos também da Patrulha da Saúde, um trabalho desenvolvido com os caminhoneiros, policiais e alunos no Trevo do Lagarto e no Trevo saída para Rondonópolis, sendo atendidos e orientados quanto à sua saúde, mais de 220 (duzentos e vinte) caminhoneiros;

**8**- Apoio e organização para a realização de uma Aula Prática de Emergência Pré-Hospitalar com Manequim, duração 1 hora e trinta minutos:Protocolo Atualizado do APH (A,B,C,D); - Alinhamento de Vítima em Vias Públicas (Prática c/ Aluno); Retirada de Vítima em Acidente Automobilístico (Chave de Rauteck– Prática c/ Aluno); Asfixia Provocada por Corpo Estranho, Manobra de Heimlich (Prática c/ Aluno); Recuperação Cardiorrespiratória (Massagem Cardíaca / Ventilação com Manequim); Procedimentos de Hemostasia; Improvisação de Talas de Papelão em Fraturas (Prática c/ Aluno);Utilização do Colar Cervical; Suporte (Consulta); Participação de mais de 30 (trinta) servidores e alunos do UNIVAG.

**9**- Realização da semana de avaliação de saúde de 06 a 09/11/2007, dos servidores da 1ª Delegacia de Cuiabá, sendo que esta Delegacia não participou efetivamente;

**10**- Realização de uma palestra com o tema: Medo e relaxamento;

**11**- Organização das festividades de final de ano, juntamente com a comemoração dos aniversariantes dos mês (novembro e dezembro);

**12**- Realização da competição de portas decoradas para o Natal com premiação de uma cesta natalina, ofertada pelo SINPRF/MT, com apoio do Senhor Superintendente e Núcleos organizadores dos aniversariantes dos meses de novembro e dezembro, Núcleo de Telemática e Seção de Recursos Humanos;

**13**- Participação no projeto da construção da Academia PRF na Sede em Cuiabá / MT;

**14-** Organização do IV Encontro das Esposas PRF/MT 2007.

**4.1.2.3.2-***AÇÃO: 2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal*

| Tipo | Projeto |
|---|---|
| Finalidade | Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações. |
| Descrição | Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Modernização e Tecnologia |
| Coordenador nacional da ação | EDNILSON BRUNO SILVA DO NASCIMENTO |
| Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso) | Não se aplica |

## Resultados

Durante o exercício de 2007 a regional que dispõe de 27 (vinte e sete) aparelhos medidores de velocidade, contou com 17 (dezessete) aparelhos em condições de uso para garantir a segurança aos usuários das rodovias federais, com 04 (quatro) aparelhos irrecuperáveis e 05 (cinco) radares que faltam ser aferidos.

Foram adquiridos 02 (dois) aparelhos de medição de velocidade pelo DPRF e repassados a regional os quais dispõe de tecnologia que reduz o número de recursos de notificações, tendo em vista que indicam a placa e velocidade do veículo, por meio da emissão de comprovante.

Foi realizado o conserto e aferição dos aparelhos de medição de velocidade totalizando uma despesa de R$ 4.410,00 (quatro mil quatrocentos e dez reais). Há um planejamento de substituição dos atuais equipamentos que se encontram obsoletos. Faltam recursos para as aquisições.

**4.1.2.3.3** *AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal*

| Tipo | Projeto |
|---|---|
| Finalidade | Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições. |
| Descrição | Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Policia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas á formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação de Ensino/DPRF |
| Coordenador nacional da ação | NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO |
| Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso) | Reginaldo Guimarães e Silva/SRH |

## Resultados

O Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal – NUCAP dispõe de 01 servidor (Chefe do Núcleo) e um estagiário para realização das demandas e divide o espaço físico de uma sala com a Seção de Recursos Humanos. Além disso conta com uma sala de aula para aproximadamente 20 (vinte) pessoas.

Acompanhamento e suporte aos cursos a distância realizados pelos servidores da 2ª SRPRF/MT, tanto aqueles oferecidos pela UNED – Unidade de Ensino a Distância da Polícia Rodoviária Federal, como pela SENASP/MJ.

Preparação e transmissão dos dados referentes a DIRF 2007 e orientação aos servidores nas questões relativas a Declaração Anual de Imposto de Renda.

Acompanhamento do processo de readaptação de servidor, conforme Instrução Normativa DPRF nº 10, de 06 de outubro de 2006, através do processo nº 08.661.002.031/03, originalmente autuado para aposentadoria.

Apoio logístico a realização do FETRAN – Festival Estudantil Temático Educação para o Trânsito em todas as suas etapas (Etapa Guaporé, Araguaia e Cuiabá).

**Cursos realizados por servidores lotados na 2ª SRPRF/MT no ano de 2007**

| **Nome** | **Nº servidores** | **Período** |
|---|---|---|
| Curso de Operações Táticas – Receita Federal – Brasília/DF | 01 | 19 a 23/03/2007 |
| Técnicas Policiais de Combate ao Crime – TPCC | 14 | 15/04 a 20/06/2007 |
| Curso de Habilitação de Arrais Amador | 15 | 09 a 10/04/2007 |
| Violência sexual contra crianças e adolescentes – fórum | 01 | 16 a 18/05/2007 |
| Revisão do plano nacional de combate a exploração sexual da criança e do adolescente | 01 | 14 a 17/05/2007 |
| Curso de Técnicas de Abordagem - Rondonópolis/MT | 22 | 13 a 19/05/2007 |
| Curso de T & D em Abordagem e Tiro – Barra do Garças/MT | 19 | 29/05 a 01/06/2007 |
| 1º Curso Nacional de Polícia Comunitária – SEJUSP/MT | 06 | 16/07 a 30/11/2007 (40 horas) |
| Treinamento de Etilômetro – Sorriso/MT | 23 | 19 e 20/07/2007 |
| Programação e Administração do Sistema de Voz sobre IP | 01 | 13 a 17/08/2007 |
| Cerimonial em eventos para os setores públicos | 01 | 08 a 10/08/2007 |
| Curso SAR 005 – Básico de Busca e Salvamento – Aeronáutica | 02 | 27 a 31/08/2008 |
| Gestão Operacional em Segurança Pública – Especialização | 01 | 02/08/2007 a 12/12/2008 |
| Curso Formação de Tutor | 02 | 21 e 22/08/2007 |
| Atualização em Legislação de Trânsito com ênfase no Julgamento do Auto de Infração de Trânsito | 04 | 16 e 17/08/2007 |
| 2º Seminário da Polícia Judiciária Civil sobre Violência Contra a Mulher | 02 | 11 e 12/09/2007 |
| Semana de Preparação Pedagógica – Programa de Atualização do Efetivo Policial do Quadro do DPRF/MJ | 06 | 04 a 16/09/2007 e 17 a 21/09/2007 |
| Curso para Formação de Pregoeiro | 03 | 24 a 26/09/2007 |
| Curso de X-Lite (VOIP) | 48 | 25, 26 e 27/09/2007 |
| Curso de Investigação Correicional e I Encontro de Assuntos Internos | 01 | 01 a 07/10/2007 |
| Curso Básico de Procedimentos de Inteligência | 02 | 15 a 27/10/2007 |
| Estágio de Detecção de Entorpecentes com cães | 02 | 18 a 24/10/2007 |
| Curso de Gestão e Planejamento em Corregedoria – 1º Encontro Nacional de Corregedoria/2007 | 01 | 23 a 30/10/2007 |

| | | |
|---|---|---|
| Programa de Atualização Policial Módulo I – Técnicas Policiais - Cáceres/MT | 17 | 29/10 a 01/11/2007 |
| Programa de Atualização Policial Módulo I – Técnicas Policiais – Primavera do Leste/MT | 10 | 05 a 08/11/2007 |
| Curso de Atendimento a Acidentes Químicos | 03 | 26 a 30/11/2007 |
| **Total de cursos: 26** | **Total de servidores: 208** | |

## Encontros realizados com a participação de servidores da 2ª SRPRF/MT no ano de 2007

| **Nome** | **Local** | **Período** |
|---|---|---|
| 1º Fórum Nacional sobre a Inserção Feminina nas Instituições Públicas nas Instituições Policiais | Brasília/DF | 26 a 29/03/2007 |
| 1º Encontro de Chefes de Policiamento Regionais de 2007 | Brasília/DF | 23 a 28/04/2007 |
| Encontro Nacional de Chefes dos Núcleos de Multas e Penalidades | Maceió/AL | 13 a 19/05/2007 |
| Elaboração de Projeto Sócio-Educativo da BR 163 Sustentável | Brasília/DF | 01 a 10/05/2007 |
| Encontro Nacional dos Chefes de Comunicação Social | Curitiba/PR | 03 a 09/06/2007 |
| IV Reunião anual de trabalho da área administrativa e financeira | Natal/RN | 26/08 a 02/09/2007 |
| IV Encontro Nacional de Recursos Humanos do DPRF/MJ | João Pessoa/PB | 30/09 a 06/10/2007 |
| Nova Formatação do Curso de Formação de Policiais - Grupo de Trabalho | Brasília/DF | 14 a 20/10/2007 |
| III Reunião Anual de Trabalho dos Chefes do Núcleo de Documentação | Brasília/DF | 30/09 a 05/10/2007 |
| 1º Encontro Nacional de Chefes de Núcleo de Apoio Técnico | Brasília/DF | 30/09 a 03/10/2007 |
| 1º Encontro Nacional de Corregedoria – 2007 | João Pessoa/PB | 22 a 31/10/2007 |

### **4.1.2.3.4 -** *AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais*

| **Tipo** | **Projeto** |
|---|---|
| Finalidade | Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. |
| Descrição | Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por | Coordenação Geral de Operações |

| | |
|---|---|
| gerenciamento ou execução | |
| Coordenador nacional da ação | CORACI RICARDO FERNANDES VIEIRA |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | NEWTON QUINZANI/SPF |

**4.1.2.3.5 -** *AÇÃO: 4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais*

| Tipo | Projeto |
|---|---|
| Finalidade | Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral. |
| Descrição | Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | DCC/CGO |
| Coordenador nacional da ação | GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO |
| Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso) | Não se aplica |

## Resultados das ações 2723 e 4526

| OPERAÇÃO | LOCAL | EFETIVO | DURAÇÃO | RECURSO | OBJETIVO |
|---|---|---|---|---|---|
| Retorno Seguro | 1ªDelPRF | 42 | 22/01 a 10/02 | R$ 10.517,04 | Reforço de policiamento e fiscalização nas rodovias federais visando a redução de acidentes |
| Centurião | Rio de Janeiro | 04 | 26/05 a 19/06 | R$ 10.516,20 | Combater a criminalidade em áreas de risco |
| Fronteira Paraporé | 3ªDelPRF e 7ª Del PRF | 20 | 04/02 a 11/02 | R$ 12.286,56 | Combate ao tráfico de entorpecentes e roubo/furto de veículos nas rodovias BR 070 e 174 |
| Cadeado | 3ªDelPRF e 7ªDelPRF | 06 | 04/06 a 07/06 | R$ 1.374,72 | Combater a criminalidade na área de fronteira |
| Escolta de Governador | 6ª Del PRF | 03 | 08/02 a 08/02 | --- | Escolta pela BR 364 e 163 do Governador do estado de Mato Grosso |
| Pan Americano 2007 | Rio de Janeiro | 07 | 04/06 a 01/08 | R$ 22.166,50 | Deslocamento dos integrantes do Motociclismo/MT para cumprimento da OS nº 030/07/CGA/CGO/GAB |
| Paredão I | 5ªDelPRF | 10 | 01/03 a 04/03 | R$ 3.307,92 | Fiscalização nos veículos que transitam na BR 070, combatendo o contrabando, descaminho, roubo de veículos/carga e pessoas com mandado de prisão em aberto e pedágio irregular realizado pelos índios da região |
| Xavante | 5ªDelPRF | 02 | 12/06 a 13/06 | R$ 257,76 | Verificar bloqueio de tribo indígena e cobrança de pedágio pelos mesmos em Rodovia Federal |
| Etilômetro | 3ªDelPRF | 02 | 20/03 a 22/03 | R$ 429,60 | Treinamento sobre o uso do novo etilômetro |
| Centurião | Rio de Janeiro | 04 | 20/06 | R$ 412,40 | Prorrogação de deslocamento dos integrantes do NOE/MT devido a viatura estar em manutenção |
| Levantamento da Aereo-Receita | 3ªSRPRF | 01 | 05/07 a 08/07 | R$ 340,83 | Participação de reunião operacional no Comando da Base Aérea de Campo Grande onde serão tratados, em conjunto com a Receita Federal, assuntos pertinentes a transporte de produtos contrabandeados, envolvendo produtos eletrônicos, agrotóxicos e outros. |
| Moto Festividade Araguaia | Araguaia | 05 | 09/07 a 15/07 | R$ 2.534,64 | Auxiliar nas rondas e fiscalizações ostensivas na região de Água Boa |
| Rota Sul | Rondonópolis | 12 | 01/04 a 07/04 | R$ 6.787,68 | Combate ao tráfico de drogas, roubo de cargas, veículos roubados e demais crimes na região da 2ªDelPRF |
| Semana Santa | 1ªDelPRF | 12 | 04/04 a 08/04 | --- | Atender às demandas de segurança do trânsito, de segurança pública e redução de acidentes |
| Festa de São Cristóvão | 1ªDelPRF | 18 | 03/08 a 05/08 | | Efetuar controle do trânsito de pedestres e veículos, auxílio ao usuário, coibir excesso de velocidade garantindo a fluidez do trânsito |
| Festividade de São Cristóvão | Araguaia Água Boa | 02 | 04/08 a 05/08 | R$ 257,76 | Auxiliar nas rondas e fiscalizações ostensivas durante a festa de São Cristóvão |
| Rota Combustível | Cuiabá Pedra Petra Itiquira | 02 | 11/04 a 14/04 | R$ 515,52 | Efetuar levantamento dos pontos de roubo de combustível |
| ANTT Região Sul | 2ªDelPRF | 03 | 31/07 a 01/08 | R$ 386,64 | Inibir o transporte irregular e clandestino |
| Deslocamento para Campo Grande | Campo Grande | 01 | 29/07 a 30/07 | R$ 146,07 | Busca de moto para Escolta Presidencial |
| Trabalho Escravo | São José do Rio Claro, Nova Mutum | 03 | 10/09 a 21/09 | --- | Apoio aos Auditores Fiscais do Trabalho em ação fiscal na Zona Rural |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | e Tapurah | | | | |
| Apoio Barra | 8ªDelPRF | 05 | 11/09 a 17/09 | R$ 2.190,96 | Apoio ao evento que se realizará no Parque de Exposição de Barra do Garças |
| Rebio Gurupi II – Maranhão | 18ªSRPRF | 04 | 25/09 a 23/10 | DPRF | Atender a solicitação do IBAMA, efetuando fiscalização e repressão aos delitos que estão ocorrendo nas rodovias do MA e PA |
| Combate ao Furto de Cargas | 5ªDelPRF | 02 | 20/04 a 22/04 | R$ 429,60 | Missão de verificar roubo/furto de combustível e de cargas |
| ANTT Região Sul II | 2ªDelPRF | 04 | 27/09 a 29/09 | R$ 859,20 | Inibir o transporte irregular e clandestino |
| Tiradentes | 1ªDelPRF | 37 | 19/04 a 22/04 | --- | Aumentar a fiscalização e o policiamento visando atender as demandas da segurança do trânsito, com intuito de reduzir acidentes |
| Rebio Gurupi II – Maranhão | 18ªSRPRF | 04 | 02/10 a 23/10 | DPRF | Atender a solicitação do IBAMA, efetuando fiscalização e repressão aos delitos que estão ocorrendo nas rodovias do MA e PA |
| Dia do Trabalhador | 1ªDelPRF | 08 | 27/04 a 03/05 | --- | Redução do índice de acidentes e criminalidade |
| Araribóia | Maranhão | 04 | 01/11 a 30/11 | Paga pelo Órgão solicitador | Atender a solicitação da FUNAI afim de dar continuidade nas ações de fiscalização e repressão ao transporte irregular de produtos florestais nas rodovias |
| Preventivo de Saúde e Panfletagem | 1ªDelPRF | 05 | 27/04 a 27/04 | --- | Conscientizar os profissionais do volante sobre a importância do cuidado com a saúde. Panfletagem de combate à exploração sexual infantil, DST e AIDS |
| Treinamento Canil | 2ªDelPRF | 02 | 27/04 a 28/04 | R$ 128,88 | Efetuar treinamento com cães do Canil no combate ao tráfico de drogas |
| ANTT Sul II | Campo Grande | 02 | 12/11 a 15/11 | R$ 1.022,49 | Aquisição de armamento de PARA-FAL 7,62 e recebimento de material doado pela Receita Federal |
| ANTT GOC RJ | Rio de Janeiro | 02 | 07/12 a 17/12 | R$ 1.649,60 | Fiscalização do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros nas rodovias federais |
| Verificação Itamoto | 2ªDelPRF | 02 | 10/05 a 12/05 | R$ 429,60 | Verificação entre Rondonópolis e Santa Rita do Araguaia e divisa MT/MS para verificar denúncias referente a empresa Itamarati por desvio de rota e também transporte de motos e peças de motos roubados |
| Contrabando | Campo Grande | 02 | 22/11 a 24/11 | R$ 486,90 | Levantamento de informações sobre veículos de MT com transporte de produtos contrabandeados |
| Cortejo | Barra dos Bugres | 04 | 26/11 a 27/11 | --- | Escolta de deputados estaduais em face do falecimento do deputado Renê Barbur |
| Saúde Preventivo II | 5ªDelPRF | 04 | 18/05 a 18/05 | --- | Conscientizar os profissionais do volante sobre a importância do cuidado com a saúde |
| Roosevelt II – RO | Rondônia | 04 | 30/11 a 30/12 | R$ 10.138,56 | Apoiar emergencialmente as ações do Grupo Operacional Roosevelt, reforçando as ações de fiscalização visando coibir a entrada de insumos para a atividade garimpeira na região |
| Black Board | Trevo do Lagarto | 10 | 18/05 a 18/05 | --- | Combate ao tráfico de drogas e roubo de veículos com destino Bolívia |
| Rio Aricá | Posto PRF 101 – Cuiabá | 03 | 30/05 a 03/06 | --- | Combate ao transporte interestadual e internacional clandestino de passageiros |
| Panarello – MPT | 1ªDelPRF | 04 | 17/06 | --- | Acompanhar realização de inspeção por parte do Ministério Público do Trabalho em Várzea Grande |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Cadeado | 3ªDelPRF | 11 | 03/06 a 07/06 | R$ 4.639,68 | Implementar reforço de policiamento e fiscalização na região de fronteira, BRs 070 e 174, efetuando combate ao tráfico de drogas, roubo de veículos, contrabando, descaminho e crimes ambientais |
| Busca VTR Posto Móvel | Coxim – MS | 02 | 08/06 a 09/06 | R$ 257,76 | Buscar a VTR Posto Móvel com defeito mecânico |
| ANTT VI Sul | Cuiabá | 04 | 26/12 a 29/12 | R$ 902,16 | Intensificar a fiscalização em ônibus de linhas regulares como também fretamento afim de evitar o transporte irregular e clandestino de passageiros |
| Pan-Americano | Rio de Janeiro | 12 | 25/06 a 01/08 | R$ 102.400,97 | Deslocamento dos integrantes do Grupo Tático para o RJ para o cumprimento da OS n° 030/07/CGO/GAB visando a escolta e segurança dos participantes dos Jogos Pan-Americanos |
| Receita ANTT (Campo Grande/Ponta Porã) | Campo Grande | 02 | 19/12 a 21/12 | R$ 486,90 | Levantamento de informações sobre veículos de MT com transporte de produtos contrabandeados |
| Jangada | Posto PRF 103 – Trevo do Lagarto | 12 | 20/06 a 29/06 | --- | Redução do índice de acidentes e criminalidade |
| Digitação de Auto de Infração | 6ªDelPRF | 03 | 19/06 a 20/06 | R$ 386,64 | Efetuar instrução aos policiais referente a inclusão do auto de infração no sistema de multas |
| Digitação de Auto de Infração | 8ªDelPRF | 02 | 25/06 a 26/06 | R$ 257,76 | Efetuar instrução aos policiais referente a inclusão do auto de infração no sistema de multas |
| Festival de Pesca do Rio Guaporé e Festividades de Água Boa | 7ªDelPRF e 8ªDelPRF | 12 | 09/07 a 17/07 | R$ 7.217,28 | Efetuar controle do trânsito de pedestres e veículos, auxílio ao usuário, coibir excesso de velocidade garantindo a fluidez do trânsito |
| Etilômetro | 4ªDelPRF e 6ªDelPRF | 01 | 05/07 a 06/07 | R$ 214,80 | Treinamento sobre o uso do novo etilômetro |
| Digitação de Auto de Infração | 7ªDelPRF | 02 | 02/07 a 03/07 | R$ 257,76 | Efetuar instrução aos policiais referente a inclusão do auto de infração no sistema de multas |
| Comando de Saúde nas Rodovias | 4ªDelPRF | 05 | 29/06 | --- | Conscientizar os profissionais do volante sobre a importância do cuidado com a saúde |
| Férias Julho 2007 | Cuiabá | 09 | 29/06 a 29/07 | --- | Efetuar a fiscalização nos pontos de ultrapassagem proibida, em veículos em mau estado de conservação e em ônibus de turismo e de linha de acordo com as normas da ANTT |
| PAN/RIO – Complementação, reforço | Rio de Janeiro | 01 | 15/07 a 01/08 | R$ 2.989,90 | Compor o Grupo Tático do DPRF para adequar ações de segurança do PAN/RIO – 2007 |
| Combate | 1ªDelPRF, 3ªDelPRF e 5ªDelPRF | 08 | 20/07 a 21/07 | R$ 1.031,04 | Combate ao roubo e furto de veículos na BR 364, 163 e 070 |
| Jangada | 1ªDelPRF | 12 | 03/08 a 31/08 | --- | Efetuar controle do trânsito de pedestres e veículos, auxílio ao usuário, coibir excesso de velocidade garantindo a fluidez do trânsito |
| Fiscalização Agosto | Cuiabá | Sede | 03/08 a 31/08 | --- | Fiscalização de trânsito |
| Fiscalização Férias Total | Postos PRF 101 e 103 | Sede | 28/07 | --- | Fiscalização nos postos PRF 101, 103 e nas 8 delegacias com o intuito de intensificar a segurança devido o retorno das férias |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Escolta Presidencial | Cuiabá | 07 | 30/07 a 31/07 | R$ 438,21 | Escolta do Presidente da República e sua comitiva em visita a cidade de Cuiabá |
| Férias Escolares – Parte Final | Posto PRF 101 / Cuiabá | 07 | 30/07 a 02/08 | R$ 2.385,81 | Efetuar controle do trânsito de pedestres e veículos, auxílio ao usuário, coibir excesso de velocidade garantindo a fluidez do trânsito |
| Operação Integrada PRF, PF, SEJUSP, Exército e Marinha | Pontes e Lacerda e Cáceres | 08 | 15/08 a 21/08 | R$ 4.467,84 | Diminuição de crimes contra o patrimônio ocorridos na capital e interior. Fiscalização do transporte interestadual e internacional de passageiros |
| Erradicação Norte | Guarantã e Matupá | 07 | 15/08 a 26/08 | --- | Acompanhar o Grupo Especial de Fiscalização Móvel em ação de fiscalização para Erradicação do trabalho escravo |
| Combate ao Tráfico Doméstico de Entorpecente | 3ªDelPRF | 01 | 23/08 a 24/08 | R$ 128,88 | Implementar reforço de policiamento e fiscalização para combater o tráfico doméstico de entorpecentes com uso de cão farejador |
| Rota Verde | Alta Floresta | 08 | 02/09 a 05/09 | Paga pelo IBAMA | Apoio policial ao IBAMA nas ações de fiscalização ambiental |
| Jangada/Serra de São Vicente | 1ªDelPRF | 22 | 03/09 a 30/09 | --- | Efetuar controle do trânsito de pedestres e veículos, auxílio ao usuário, coibir excesso de velocidade garantindo a fluidez do trânsito e comunicado de ocorrências diversas nos locais que necessitam de reparo e manutenção |
| Comando de Saúde nas Rod. | 3ªDelPRF | 04 | 05/09 | --- | Conscientizar os profissionais do volante sobre a importância do cuidado com a saúde |
| Tombador | Cuiabá, Rondonópolis e Cáceres | 04 | 14/09 a 19/09 | R$1.890,24 | Fiscalização na BR 163 e 364 impedindo a circulação de veículos sem condições de conservação e segurança |
| Rota Verde | Paranaíta/MT | 06 | 15/09 a 30/09 | Paga pelo IBAMA | Apoio policial ao IBAMA nas ações de fiscalização ambiental |
| Aero -receita – ANTT – Sul | Campo Grande | 03 | 17/09 a 21/09 | R$ 1.592,40 | Entrega de munição na base aérea da aeronáutica e entrega de documentos na Receita Federal |
| Pró Pesca | 3ªDelPRF | 06 | 21/09 a 24/09 | R$ 1.804,32 | Reforço no policiamento e fiscalização do trânsito devido ao aumento de fluxo de veículos em decorrência do festival internacional de pesca |
| Comando de Saúde nas Rodovias. | 6ªDelPRF | 02 | 28/09 a 29/09 | --- | Conscientizar os profissionais do volante sobre a importância do cuidado com a saúde |
| Erradicação Lambari | Lambari D'Oeste (Cáceres) | 04 | 08/10 a 09/10 | R$ 515,52 | Acompanhar membro do MP no auxílio para realizar inspeção junto à Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana de Rio Branco |
| Comando de Saúde nas Rod. | 1ªDelPRF | 04 | 29/11 | --- | Conscientizar os profissionais do volante sobre a importância do cuidado com a saúde |
| Fiscalização | Cuiabá | Sede | 10/10 a 11/10 | --- | Redução do índice de acidentes e criminalidade |
| Carga Pesada Primavera do Leste | 5ªDelPRF | 02 | 10/10 a 13/10 | R$ 515,52 | Inibir o transporte irregular e clandestino |
| Ibama Terra Preta | 8ªDelPRF | 04 | 22/10 a 20/11 | Pago pelo IBAMA | Atender a solicitação do IBAMA para efetuar a segurança durante a operação de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia |
| CRULS | Distrito Federal | 04 | 28/10 a 15/11 | R$ 8.053,42 | Combate ao crime no âmbito do DF |
| Araguaia | 8ªDelPRF | 04 | 29/10 a 03/11 | R$ 1.890,24 | Fiscalização nos veículos de carga quanto ao RNTRC e ANTT |
| Fim de Ano | 1ªDelPRF | 288 | 01/11 a 30/12 | R$ 28.045,44 | Coibir o excesso de velocidade e o desrespeito à |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | sinalização |
| Presença na Serra | 1ªDelPRF | 03 | 15/11 a 16/11 | --- | Aumentar a fiscalização e o policiamento visando atender as demandas da segurança do trânsito, com intuito de reduzir acidentes |
| Cadeado | 1ªDelPRF | 30 | 01/12 a 09/12 | R$ 21.909,60 | Combater o tráfico de ilícitos na faixa de fronteira, fiscalização do transporte interestadual e internacional de passageiros e RNTRC; combate ao descaminho, ao tráfico de animais silvestres, ao transporte irregular de madeiras e trabalho escravo |
| Operação II Leilão PRF | Cuiabá | 08 | 04/12 a 11/12 | --- | Prover a segurança durante o II Leilão PRF |
| Prorrogação segurança – II Leilão PRF | Cuiabá | 08 | 12/12 a 14/12 | --- | Prorrogar a segurança dos lotes do II Leilão PRF até entrega final |
| Arinos | 4ªDelPRF | 03 | 26/12 a 29/12 | R$ 1.503,60 | Combate aos ilícitos de trânsito e realizar fiscalização em ônibus de passageiros |

Dentre as atribuições da Policia Rodoviária Federal, a fiscalização de trânsito, amparada pelas normas contidas no Código de Trânsito Brasileiro, é realizada diuturnamente em todas as rodovias federais no Estado de Mato Grosso.

Apesar do efetivo não sofrer evolução no biênio 2006/2007, houve aumento nas notificações no ano de 2007.

Temos também como atribuição a fiscalização do transporte de passageiros, no transporte interestadual e internacional, e também do registro nacional dos transportadores de carga(RNTRC), através de convênio com a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

| **MAPA DE PRODUÇÃO DE CRIMINALIDADE – 2ª SR/DPRF/MJ – 2007** | | |
|---|---|---|
| **OCORRÊNCIAS** | **UNIDADE** | **TOTAL** |
| **Apreensões** | | |
| Cocaína | Grama | 1.501.678 |
| Maconha | Grama | 812.30 |
| **Contrabando** | | |
| Bebida | Litro | 06 |
| CD/VHS/DVD | Unidade | 314.206 |
| Cigarro | Pacote | 14.551 |
| Eletrônicos | Unidade | 242 |
| Medicamentos | Unidade | 5.352 |
| **Armas de fogo** | | |
| Revólver | Unidade | 33 |
| Pistola | Unidade | 13 |
| Espingarda | Unidade | 14 |
| **Armas brancas** | **Unidade** | **07** |
| **Munições** | | |

| | | |
|---|---|---|
| Calibre 22/32 | Unidade | 74 |
| Calibre 38 | Unidade | 232 |
| Calibre 40 | Unidade | 43 |
| Calibre 380 | Unidade | 59 |
| Calibre 223/556 | Unidade | 01 |
| Calibre 9mm | Unidade | 67 |
| Outras | Unidade | 2341 |
| **Carga Recuperada** | | |
| Alimentos | Kilo | 800 |
| Combustíveis | Litro | 39000 |
| **Meio-Ambiente** | | |
| Animais Silvestres | Unidade | 22 |
| Carvão | m³ | 388 |
| Madeira | m³ | 10194 |
| Pescados | Kilo | 45674 |
| Transporte Incorreto de Substâncias Tóxicas | --- | 300 |
| **Pessoas detidas** | | |
| Assaltante ônibus | | 03 |
| Estrangeiros | | 07 |
| Mandado | | 172 |
| Tráfico de entorpecentes | | 171 |
| Roubo/Furto de Veículos | | 82 |
| Contrabando/Descaminho | | 50 |
| Crimes de trânsito | | 102 |
| Crimes ambientais | | 156 |
| Outros | | 259 |
| **Crimes diversos** | | |
| Falsificação de documentos | | 38 |
| Veículos recuperados | | 119 |
| Crimes diversos | | 1671 |
| Crimes de trânsito | | 59 |
| **Criança / Adolescente vítimas de crimes** | | |
| Criança | | 04 |
| Adolescente | | 16 |
| Total de Menores vítimas | | 20 |
| Total de ocorrências de crime contra menores | | 05 |
| Total de pessoas envolvidas | | 14 |
| Total de pessoas detidas | | 09 |
| **Criança / Adolescente infrator (a)** | | |
| Criança encaminhada | | 16 |
| Adolescente apreendido | | 41 |

| | |
|---|---|
| Total de menores infratores | 57 |
| Total de ocorrências de infração praticada por menores | 12 |
| Total de pessoas envolvidas | 23 |
| Total de pessoas detidas | 23 |

O crime contra a vida, o descaminho, o contrabando, o tráfico de entorpecentes e o trafico de animais silvestres transitam pelas rodovias federais e a Polícia Rodoviária Federal atua de forma ostensiva para combater esses tipos de ocorrências, como demonstra o quadro acima, sendo, a Polícia Rodoviária Federal no Estado de Mato Grosso a que mais apreendeu pasta base de cocaína no exercício de 2007.

## PRODUÇÃO ANUAL DE AUTOS DE INFRAÇÃO POR DELEGACIA – 2006

| | |
|---|---|
| DEL. 1/2 - CUIABÁ | 7.701 |
| **DEL. 2/2 - RONDONÓPOLIS** | **5.106** |
| DEL. 3/2 - CÁCERES | 3.117 |
| **DEL. 4/2 – DIAMANTINO** | **2.542** |
| DEL. 5/2 - PRIMAVERA DO LESTE | 6.263 |
| **DEL. 6/2 - SORRISO** | **4.190** |
| DEL. 7/2 - PONTES E LACERDA | 1.996 |
| **DEL. 8/2 - BARRA DO GARÇAS** | **2.948** |
| **TOTAL** | **33.863** |

## PRODUÇÃO ANUAL DE AUTOS DE INFRAÇÃO POR DELEGACIA – 2007

| | |
|---|---|
| DEL. 1/2 - CUIABÁ | 10.447 |
| **DEL. 2/2 - RONDONÓPOLIS** | **5.840** |
| DEL. 3/2 - CÁCERES | 3.344 |
| **DEL. 4/2 – DIAMANTINO** | **2.189** |
| DEL. 5/2 - PRIMAVERA DO LESTE | 4.806 |
| **DEL. 6/2 - SORRISO** | **3.274** |
| DEL. 7/2 - PONTES E LACERDA | 2.268 |
| **DEL. 8/2 - BARRA DO GARÇAS** | **3.118** |
| NOE | 207 |
| **TOTAL** | **35.493** |

Ressaltamos que a Polícia Rodoviária Federal cumpre atribuições como: fiscalização de trânsito, combate à criminalidade, atendimento a acidentes, auxílio a condutores que trafegam pelas rodovias federais, trabalho conjunto com outros órgãos, fiscalização da proibição de venda de bebidas alcoólicas ao longo das rodovias, fiscalização da jornada de trabalho de caminhoneiros.

Dentre as dificuldades para uma melhor prestação de serviços à sociedade, podemos elencar alguns fatores, como: o aumento de veículos que trafegam pelas rodovias, o aumento da criminalidade em nosso país, o não incremento do efetivo Policial nesses últimos anos, a solicitação por outros órgãos da participação da Polícia Rodoviária Federal em operações conjuntas e

dificuldades estruturais, como postos de fiscalização mal localizados, serviços de comunicação e internet precários e viaturas impróprias para determinada região do país.

O efetivo policial utilizados nos comandos e operações é muito aquém daquele que realmente precisamos. Hoje existe escala de 24 horas, com 02(dois) policiais trabalhando nos postos da Polícia Rodoviária Federal, com uma malha viária extensa e precária, e um aumento vertiginoso de veículos novos trafegando pelas rodovias federais.

Não existe planejamento elaborado pelo DPRF. A Seção de Policiamento e Fiscalização trabalha em função de demandas internas e externas. Outros órgãos nos pedem auxílio, muitas vezes tempestivamente sem nenhum planejamento. Na tabela de "operações realizadas em 2007", estão descritas as operações da PRF e aquelas com a participação com outros órgãos.

Os recursos para operações e para pagamento de diárias operacionais somente são disponibilizados com a solicitação da regional, e muitas das vezes que precisamos nos foi alegado que não havia recursos. Seria ótimo que no início de cada ano a Seção de Policiamento e Fiscalização soubesse a quantia disponível para ser gasta com operações e comandos, e dentro de um planejamento, seria efetuado um calendário de operações atuando onde houver a necessidade.

Os recursos disponíveis em 2007, não foram suficientes, pois, alguns comandos que pretendíamos realizar, não ocorreram e também porque havia a necessidade de se convocar um maior número de policiais para as operações, para obtermos um melhor resultado.

Esses recursos somente são disponíveis de forma tempestivas, o que agrava mais ainda a situação, pois, a necessidade de planejamento das operações fica comprometida, isto é, o planejamento não é realizado.

Algumas atividades serão desenvolvidas em 2008, para melhorar o desempenho das atribuições e serviços inerentes ao trabalho policial.

- ✓ Realizar comandos operacionais nas 08 (oito) delegacias da 2.ª SRPRF, atendendo às peculiaridades de cada região do Estado;
- ✓ Realizar 10 (dez) comandos de saúde nas rodovias federais, conforme cronograma;
- ✓ Fomentar a distribuição dos panfletos da campanha "PARE" - Programa de Redução de Acidentes do Governo Federal, em todos os eventos que a PRF participará, bem como, nos postos da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso;
- ✓ Efetuar levantamento de pontos críticos, incidência de buracos e outros defeitos nas rodovias que podem vir a oferecer perigo aos condutores;
- ✓ Repassar o levantamento dos pontos críticos ao núcleo de comunicação social, visando a divulgação a imprensa;
- ✓ Efetuar reuniões nas delegacias, orientando os Policiais Rodoviários Federais, quanto a preenchimento de Auto de Infração e digitação desses autos no sistema;
- ✓ Implantar controle dos autos e talonários, na distribuição e recebimento;

- ✓ Orientar os Policiais quanto ao preenchimento de autos de infração da ANTT;
- ✓ Cobrar uma maior produção de autos de infração das delegacias, melhorando o desempenho da regional, quanto à fiscalização de trânsito;
- ✓ Fazer com que as delegacias, através dos chefes dos núcleos de policiamento e fiscalização, cumpram a execução do cartão programa;
- ✓ Divulgar melhor o número telefônico 191, perante a sociedade, para melhorar o atendimento ao cidadão, na Central de Informações Operacionais;
- ✓ Realizar comando mensais com o efetivo da sede da 2.ª SRPRF;
- ✓ Atender às demandas de outras instituições, para combater o crime em suas diversas modalidades, em operações conjuntas;
- ✓ Atender às convocações emanadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, para participar de operações em todo território nacional.

**4.1.2.3.6 -** *AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal*

| Tipo | Projeto |
|---|---|
| Finalidade | Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos. |
| Descrição | Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação de Inteligência |
| Coordenador nacional da ação | JOSEMAR MONTEIRO BARROS |
| Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso) | Não se aplica |

**RESULTADOS**

Em atenção ao convênio firmado entre o DPRF/MJ e o CESPE/UNB este NUINT esteve incumbido do recebimento e guarda de malotes referentes a 14 (quatorze) concursos públicos.

O NUINT esteve incumbido por diversas vezes de assessorar e representar o Sr. Superintendente Regional em atividades relacionadas à Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e do CODESUL (Conselho de Desenvolvimento do Estados do Sul).

Durante o ano foram cumpridas 11 (onze) Ordens de Missão do Sr. Superintendente Regional e executadas diversas ações provocadas pela SPF, NOE e Delegacias PRF, as quais resultaram na recuperação de 02 veículos roubados, na prisão em flagrante de 09 pessoas e na apreensão de 46,39 kg de pasta-base de cocaína com a participação efetiva deste NUINT.

O NUINT fez a segurança pessoal do Sr. Diretor-Geral Substituto nas duas visitas que fez a esta Regional durante o ano e, também, do representante doa Ouvidoria Agrária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA em uma ação de reintegração de posse em desfavor de afro-descendentes, em propriedades rurais no município de Nossa Senhora do Livramento/MT.

Foi intensificada a educação de segurança para o quadro de estagiários que prestam serviço na sede desta Regional.

O Núcleo de Inteligência colaborou com o DPRF/MJ atendendo convocação do Sr. Diretor-Geral para participar das operações relacionadas aos Jogos Pan-americanos e Para pan-americanos, e cedendo servidores para executar serviços de Inteligência da COINT na 1ª SR/DPRF/GO.

**4.1.2.3.7** - *AÇÃO:86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal*

| Tipo | Projeto |
|---|---|
| Finalidade | Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte. |
| Descrição | A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |

| | |
|---|---|
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | DMP |
| Coordenador nacional da ação | JOSÉ ROBERTO ÂNGELO BARROS SOARES |
| Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso) | Não se aplica |

## RESULTADOS

A Portaria nº 19 – DG/DPRF de 18 de maio de 2006 aprovou o Regimento Interno das Comissões de Análise de Defesa de Autuação. De acordo com a mesma, estas são as atribuições da CADA: Subsidiar a autoridade de trânsito na análise da regularidade e consistência de auto de infração aplicado; Analisar o mérito da defesa interposta em razão de auto de infração ou notificação de autuação aplicados por infração à legislação de trânsito, de transporte interestadual e internacional de passageiros, de transporte internacional de cargas nas rodovias federais, de transporte de produtos perigosos, de Registro Nacional de Transporte Rodoviário de Cargas e outras que venham a ser firmados em convênio; Diligenciar junto às Unidades do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, visando a reunir informações necessárias ao julgamento dos procedimentos interpostos; Indicar problemas que porventura se apresentem nas autuações e procedimentos administrativos; e requisitar laudos, perícias, exames e provas para instrução e análise da defesa de autuação.

Os objetivos desta Comissão era alcançar dezembro de 2007 analisando os processos protocolados no ano de 2007, utilizando-se para isso a estratégia de trabalho em modalidade de escala semanal, com dois turnos, e com a inclusão de no mínimo três membros efetivamente trabalhando na análise de processos.

Porém, tais objetivos não foram alcançados em sua totalidade, pelos motivos abaixo expostos:

Em 31/05/2007 foi publicada no Boletim de Serviço nº 10, a Portaria 081/GAB/2ºSPRF/MT que designou 13 (treze) membros e 01 (um) coordenador para comporem a 1º Comissão de Análise de Defesa de Autuação da 2º Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, instalada através da Portaria nº 80 de 07 de maio de 2007.

No entanto, dos treze membros designados, apenas seis exercem ativamente suas atividades, sendo que 01 dedica-se à análise dos processos da ANTT e os demais aos processos do CTB, tendo em vista que estes possuem um maior número. Processos analisados pela Comissão no ano de 2007: **2.018;** Processos protocolados no ano de 2007: **920;** Processos aguardando análise: **2.549.**

Observa-se, através dos dados acima transcritos, que houve um saldo positivo de 1.098 processos analisados no ano de 2007, o que significa uma redução de 1.098 no número de processos que estão aguardando análise desta Comissão.

Após a designação de novos membros através da Portaria nº 81, houve um grande acréscimo no número de processos analisados por mês, como se verifica no mês de junho, onde foram analisados 382 processos. No entanto, nos meses posteriores, houve um decréscimo na quantidade de processos analisados/mês. Tal fator foi gerado em conseqüência dos pedidos de afastamento de

membros da Comissão, restando apenas 06 (seis) na execução dos trabalhos, sendo que destes, 03 trabalham na Sede em horário normal de expediente e 03 desenvolvem os trabalhos nas delegacias, no horário de escala.

É importante frisar que o trabalho não consiste apenas em analisar as defesas de autuação, visto que os demais trabalhos anteriores e posteriores à análise também são desempenhados pelos membros, como: solicitação de documentos que faltam no processo para comprovação de legitimidade, criação de diversos ofícios e memorandos, publicação de decisões no mural da SR, movimentações dos processos, solicitação de manifestação do agente e envio para arquivamento juntamente com despacho.

No inicio do ano de 2007, efetivamente analisando os processos que adentravam nesta comissão, momento em que havia uma demanda reprimida de processo referente aos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006.

Com a implementação do Mutirão 2007, foi possível realizar a análise e julgamento dos processos referentes ao anos de 2003, 2004, 2005.

E oportuno salientar que, se as analises fossem somente realizadas pelos 2 (dois) PRF, que inicialmente efetivamente estavam analisando o máximo de processo analisados seriam na ordem de aproximadamente 1000, (um mil) processos, montante que não conseguiria atender satisfatoriamente a demanda reprimida. Neste cariz, com a implementação do mutirão, conseguimos analisar 2.018 (dois mil e dezoito) processos, dentre estes o que estavam passíveis de prescrição.

Para o ano de 2008, pretendemos continuar com a aplicação deste método de trabalho, ou seja Mutirões, objetivando analisar o processo protocolados no ano de 2006, 2007 e 2008.

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações não procedeu aos julgamentos dos processos analisados em 2007 devido ao fato de não haver uma comissão designada no período, junta essa que é composta por seis integrantes, sendo um titular e um suplente para cada membro.

A junta anterior havia deixado de participar alegando (não explicitamente) o não recebimento do JETON, e a falta de interessados em desempenhar a função (que conta com 4 membros externos à PRF) dificultou sobremaneira a composição do novo grupo.

O gestor já procedeu o encaminhamento à Divisão de Multas e Penalidades dos nomes de seis membros da nova Junta para 2008, sendo que a resposta à apreciação das indicações está sendo aguardada.

### 4.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

#### 4.1.3.1. Dados Gerais

| Tipo de Programa | Finalístico |
|---|---|
| Objetivo geral | Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos |
| Gerente de programa | Não existe |

| | |
|---|---|
| Gerente Executivo | Não existe |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Não existe |
| Público Alvo | Governo |

### 4.1.3.2. Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade

### 4.1.3.3. Gestão das Ações

### 4.1.3.3.1. *Ação 2000 Administração da Unidade*

### 4.1.3.3.1.1. Dados Gerais

| Tipo | Projeto |
|---|---|
| Finalidade | Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas. |
| Descrição | Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN |
| Coordenador nacional da ação | ERINALDO RODRIGUES ROBERTO |
| Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso) | Não existe |

## RESULTADOS

Quanto às aquisições realizadas e contratações de empresas para prestação de serviços, a Administração da Sede da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal priorizou a adoção do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória visando ampliar a concorrência e conseqüentemente aumentar os percentuais de economia, vejamos:

| Pregão | Processo nº | Objeto | Empresa Vencedora | Contribuição para ações finalísticas |
|---|---|---|---|---|
| 01/2007 | 08.661.000.139/2007-66 | Aquisição de água mineral | Ugolini e Cia Ltda 01.354.498/0001-53 | Essencial para manter os serviços operacionais da unidade. Postos e delegacias em sua maioria, não possuem fornecimento de água potável nos imóveis. |
| 02/2007 | 08.661.000.007/2007-34 | Passagem aéreas | Inter Tours Turismo 00.614.995/0001-80 | Esta contratação em face da impossibidade da prorrogação dos contratosao final do exercício, dificulta a manutenção dos serviços operacionais e a cada ano reduz o desconto oferecido pelas empresas contratadas em face do desinteresse na participação dos pregões desta unidade por parte dos fornecedores. |
| 03/2007 | 08.661.000.554/2007-10 | Aquisição de Material de processamento de dados | Álamo Comercio de Cartuchos ltda 07.909.159/0001-72 | Renovação e ampliação dos equipamentos de informática da regional com ampliação do atendimento aos postos e delegacias da unidade e aumento no material de consumo. |
| 06/2007 | 08.661.000.556/2007-12 | Aquisição de material elétrico e eletrônico | Suprema Vedação e fixação 04.372.961/0001-98 | Manutenção preventiva e corretiva dos imóveis da regional, oferecendo segurança e melhor ambiente de trabalho aos servidores e usuários. |
| 08/2007 | 08.661.000.757/2007-14 | Equipamentos de Informática | Style Equip. Eletronicos Ltda 03.658.557/0001-02 | Renovação e ampliação dos equipamentos de informática da regional com ampliação do atendimento aos postos e delegacias da unidade e aumento no material de consumo. |
| 11/2007 | 08.661.000.909/2007-71 | Aquisição de Materiais de processamento de Dados | Sergio Barbosa da Silva Informatica 07.451.781/0001-80 | Renovação e ampliação dos equipamentos de informática da regional com ampliação do atendimento aos postos e delegacias da unidade e aumento no material de consumo. |
| 12/2007 | 08.661.001.317/2007-76 | Aquisição de Pneus e óleo para Viaturas | Engemaq Componentes para tratores 55.118.103/0001-42 | Manutenção preventiva e corretiva da frota da regional. Veículos essenciais para o desenvolvimento das atividades operacionais da regional. |
| 14/2007 | 08.661.001.510/2007-15 | Aquisição de servidor de arquivo | Maribel Brito Santa Helena Ltda 02.605.262/0001-05 | Renovação e ampliação dos equipamentos de informática da regional com ampliação do atendimento aos postos e delegacias da unidade e aumento no material de consumo. |
| 15/2007 | 08.661.001.891/2007-24 | Aquisição de Material de Informática | Comercial Esteves Ltda EPP 71.777.825/0001-65 | Renovação e ampliação dos equipamentos de informática da regional com ampliação do atendimento aos postos e delegacias da unidade e aumento no material de consumo. |
| 19/2007 | 08.661.002.873/2007-60 | Apoio administrativo | Sul América 01.424.685/0001-66 | Atendimento aos serviços administrativos da unidade, evitando o deslocamento de servidores da atividade operacional para atividade meio. A regional não dispõe de quadro de servidores adminstrativos de |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | carreira. |
| **CONVITES** | | | | |
| Convite 01/2007 | 08.661.003.337/2007-81 | Manutenção corretiva 101, 102 e Canil | Unibens Planejamento 00.693.362/0001-05 | Manutenção preventiva e corretiva dos imóveis da regional, oferecendo segurança e melhor ambiente de trabalho aos servidores e usuários. |
| Convite 02/2007 | 08.661.003.294/2007-34 | Reformas dos PPRFs 201 e 202 | Unibens Planejamento 00.693.362/0001-05 | |
| Convite 03/2007 | 08.661.002.885/2007-94 | Manutenção PPRFs 301, 302 e DEL caceres | Unibens Planejamento 00.693.362/0001-05 | |
| Convite 04/2007 | 08.661.003.379/2007-12 | Reformas DLPRF 4/2, PPRFS 401, DLPRF 6/2,601 E 602 | Unibens Planejamento 00.693.362/0001-05 | |

## 5 – Desempenho Operacional

### 5.1. Indicadores utilizados para avaliar o desempenho

**• Programa 0663**
Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

**• Programa 1386**
Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas

**• Programa 0750**
Não há indicador

### 5.2. Nome, descrição e tipo do indicador

**• Programa 0663**

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais: Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia).

– Fórmula de Cálculo: Im= (Nº Mortos/Nº Vítimas)x100
– Responsável pelo cálculo: Seção de Policiamento e Fiscalização.

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais: pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

– Fórmula de Cálculo: Ia= [(Nº Acidentes Ano Atual) / (Nº Acidentes Ano Anterior)-1]x100
– Responsável pelo cálculo: Seção de Policiamento e Fiscalização.

Obs.: As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011.

• **Programa 1386**

Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas: pretende-se medir o percentual de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI – Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia)

– Fórmula de Cálculo: Iadq=(Unid. Adequadas/Total de Unidades)x100
– Responsável pelo cálculo: Seção Administrativa Financeira

## 5.3. Análise crítica dos resultados

• **Programa 0663**

– Metas físicas: redução do número de acidentes e mortes em relação à 2006

**Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais**

**Fórmula de cálculo:**
Ia = ((n° de acidentes ano atual) / (n° de acidentes ano anterior) – 1) x 100.
Ia = ((2509) / (2227) – 1) x 100 = 12,66%

**Metas físicas**

| EXERCÍCIO | 2006 | 2007 |
|---|---|---|
| Número de Mortos | 197 | 191 |
| Número total de Vítimas | 1638 | 1765 |
| Indicador | Im 2006 = (197 / 1638) x 100 = 12,02% | Im 2007= (191 / 1765) x 100 = 10,82% |

**Análise crítica dos resultados alcançados**

Apesar das rondas, comandos e fiscalizações efetuados pelos Policiais Rodoviários Federais, nas cinco rodovias federais que cortam o Estado de Mato Grosso, o número de acidentes, comparativamente, foi maior em 2007, em relação a 2006, aumento de 1,84 %, porém durante o decorrer do ano passado, houve fatos relevantes para esse acréscimo, tais como:

- ✓ Aumento de veículos novos licenciados no Estado de Mato Grosso, no período de janeiro de 2004 a outubro de 2007, mais de um milhão e meio de veículos novos estão transitando com apenas 689 baixas;
- ✓ As condições precárias de trafegabilidade das rodovias federais, não condizem com a potencia dos modernos veículos fabricados;
- ✓ Campanhas educativas de trânsito têm sido realizadas pela Polícia Rodoviária Federal, inclusive em escolas, visando o motorista de amanhã, porém, os condutores que atualmente trafegam pelas rodovias federais têm demonstrado, através das estatísticas de acidentes, uma total falta de respeito às leis de trânsito;

- ✓ A Polícia Rodoviária Federal possui oito delegacias e dezessete postos de fiscalização no Estado de Mato Grosso, e uma malha viária asfaltada de aproximadamente 4.000 Km (quatro mil quilômetros) com efetivo de 342 (trezentos e quarenta e dois) Policiais;
- ✓ Efetivo que não evolui de forma significativa, de 2003 até o presente momento, e para o exercício de 2008, permanecerá inalterado, devendo diminuir devido às aposentadorias;
- ✓ Devido a abrangência de atuação(trânsito e criminalidade) e também a sua capilaridade a Polícia Rodoviária Federal, foi e está sendo muito solicitada para atuar em conjunto com outros órgãos, como, IBAMA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, SEFAZ, SEMA, MINISTÉRIO PÚBLICO e POLÍCIA CIVIL.

**• Programa 1386**

– Metas físicas: 60% dos postos considerados adequados.
– Coeficiente de adequação das instalações físicas

| Indicador | Coeficiente |
|---|---|
| % de postos adequados fisicamente | 32,35% |
| % de postos adequados quanto à tecnologia da informação | 64,71% |
| % de postos adequados quanto a viaturas | 61,76% |
| Icaif = (32,35%+64,71%+61,76%)/3= 52,94% | |

O indicador informa que 52,94% dos postos da PRF, no Estado de Mato Grosso, estão adequados fisicamente. Houve um maior desgaste dos postos em relação à 2006, ocasião em que o índice ficou em 58,17%.

Quanto aos fatores que levaram uma diminuição do sub-índice % de postos adequados fisicamente, em relação à 2006, o principal motivo foi a restrição orçamentária.

Quanto aos fatores que levaram a uma diminuição do sub-índice % de postos adequados quanto à tecnologia da informação, em relação à 2006, o principal motivo deve-se às restrições orçamentárias. Um outro fator a se considerar, é se de fato, os equipamentos que têm sido adquiridos, estão chegando aos postos, ou se estão sendo alocados somente nas áreas administrativas das regionais, tendo como conseqüência, a depreciação destes bens nos postos, o que influenciaria na pouca adequação destes itens, no questionário de avaliação do coeficiente.

O questionário que avalia a adequação dos postos, para se calcular o coeficiente de adequação, está em fase de aprimoramento, a fim de que seja padronizado os conceitos de todos os avaliadores, sobre o que é considerado um posto adequado na PRF, pois, este critério, ainda é empírico, dependendo do ponto de vista de cada avaliador, o que pode gerar distorções no resultado geral deste coeficiente.

## 6 – Previdência Complementar Patrocinada

No exercício de 2007, a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal não firmou nenhum vínculo com instituição patrocinadora de previdência complementar.

## 7 – Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

No exercício de 2007, a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal não beneficiou nenhuma instituição com renúncia fiscal.

## 8 – Operações de Fundos

No exercício de 2007, a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal não desenvolveu nenhum projeto com operações de fundos.

## 9 – Conteúdos específicos

### 9.1. Execução orçamentária

A dotação disponibilizada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal é insuficiente em face da expansão dos gastos que é inevitável, principalmente por conta da repactuação dos contratos continuados, reajuste dos preços dos serviços públicos e insumos, reforma das unidades de atendimento ao cidadão, ampliação das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, aumento natural do fluxo de veículos nas rodovias federais, ocasionado principalmente por conta da crise no setor aéreo.

Essa restrição orçamentária dificulta a manutenção satisfatória da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, bem assim a realização de investimentos, tais como: renovação da frota, adequação das instalações físicas, aquisição de equipamentos, construção de novos pontos de atendimento, comprometendo a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das atribuições institucionais.

Outro problema enfrentado é a falta de servidores da carreira de apoio administrativo, aumentando consideravelmente a despesa com locação de mão-de-obra, além de comprometer sobremaneira o funcionamento da área meio.

Para que o cenário acima seja alterado, é premente a necessidade de revisão dos limites orçamentários transferidos ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e repassados a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, autorização de concursos para a carreira de apoio administrativo.

### 9.2. Acompanhamento da Execução Contratual

No que se refere ao desempenho administrativo na gestão dos contratos, esta Superintendência tem implementado, efetivamente a partir de 2005, ações com vistas à qualificação e treinamento dos gestores.

No exercício de 2006, com a prática de uma gestão qualificada, conseguiu-se conscientizar os gestores da importância da atuação diligente quanto às minúcias contratuais, diminuindo as incidências ou evitando o acúmulo de transtornos.

Por via de conseqüência, o reflexo tem sido positivo em vários aspectos, quais sejam: planejamento, com estimativa real de despesas; obtenção de melhores serviços e materiais; otimização no tempo para deflagração de nova licitação; diminuição de riscos de perdas e prazos para liquidação de despesas; garantia de que os pagamentos sejam realizados corretamente (quantitativo e qualitativo); redução dos riscos trabalhistas e previdenciários relacionados aos contratos de terceirização; maior agilidade e confiabilidade nos procedimentos licitatórios; maior economia para Administração; eliminação da ocorrência de multas; segurança na aplicação de penalidades às contratadas; e por fim, maior transparência nos atos administrativos.

Assim, os procedimentos de gestão dos contratos nos exercícios de 2006 e 2007, passaram a fazer parte do cotidiano da seara administrativa. Os gestores são previamente orientados a recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado em edital e seus anexos, na proposta e/ou no contrato.

Ademais, acompanham e controlam o prazo de vigência do contrato, notificando, se necessário, a contratada e à Administração sobre o interesse e oportunidade para deflagração de novo processo licitatório, prorrogação ou alteração contratual.

Nos casos de prorrogação, alteração ou deflagração de nova contratação, os procedimentos respeitam a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para a preparação da nova licitação.

Os gestores também elaboram Relatórios da gestão para cada contrato, fazendo as medições (SIASG/Cronograma) de todas as faturas. Por fim, a Seção Administrativa Financeira por meio do Núcleo de Serviços Gerais acompanha, auxilia e fiscaliza a atuação dos gestores dos contratos.

No que tange às aquisições procedentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as quais contemplam valores abaixo dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93, a partir do exercício de 2007, esta Administração passou a adotar a Carta-Contrato em detrimento da utilização apenas da Nota de Empenho, uma vez que tal instrumento concede maior subsídio ao gestor no acompanhamento da execução contratual.

Tal medida visa garantir que a aplicação de recursos públicos no âmbito da Sede da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal atinja os graus de efetividade desejados ao cumprimento dos objetivos colimados no procedimento licitatório.

## INDICATIVOS DE ECONOMICIDADE

### CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE VIATURAS

Foi dado prosseguimento ao gerenciamento e fiscalização dos contratos de manutenção de viaturas, controlando os gastos com a manutenção dos veículos desta Regional, acompanhando os serviços executados pela contratada, analisando orçamentos e verificando se é viável, ou não, a manutenção de cada veículo.

Foram elaborados os Mapas Anuais de Veículos Oficiais para o período 2007, onde constam todos os valores referentes aos gastos com combustível, serviços e materiais para cada veículo da 2ª SR.PRF/MT, e para cada mês, cujos valores estão atualizados até Dezembro/2007.

Em 2007 mantivemos os contratos de manutenção de Viaturas com as empresas Mundo dos Freios (Barra do Garças/MT), Moto Raça e Gramarca Distribuidora de veículos (Cuiabá/MT)

Atualmente, a regional conta com 118 (cento e dezoito) viaturas oficiais em seu patrimônio, sendo que em 2007 foi realizado o 2º Leilão de Veículos oficiais da 2ª SR.DPRF/MT, onde foram leiloados 17 (dezessete) veículos pertencentes a esta 2ª SR.DPRF/MJ.

| | 2006 | 2007 | VARIAÇÃO |
|---|---|---|---|
| **MATERIAL** | **316.726,90** | **263.804,91** | **- 16,71** |
| **SERVIÇOS** | **97.709,90** | **112.236,38** | **14,87** |
| **TOTAL** | **414.436,80** | **376.041,29** | **-9,26** |

Diante do exposto, observamos que em 2007 houve um decréscimo dos gastos com manutenção de viaturas em relação a 2006, na ordem de 9,26% (nove vírgula vinte e seis por cento).

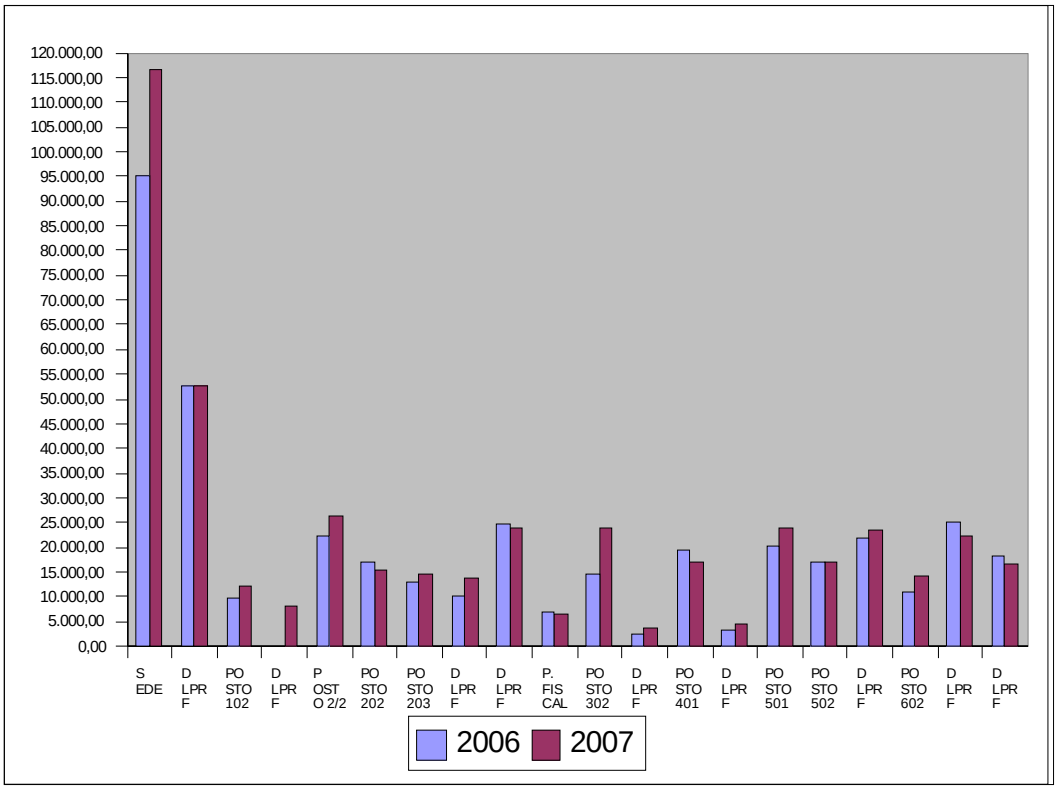
## ENERGIA ELÉTRICA

Em 2007 continuamos com as medidas adotadas em 2006,visando a economicidade de energia elétrica; Entretanto houve aumento do consumo de energia elétrica em 12,64% (doze vírgula sessenta e quatro por cento).

**CEMAT**

| CUSTO MENSAL R$ - ANO 2006/2007 | | | |
|---|---|---|---|
| | TOTAL | | |
| LOCAL | 2006 | 2007 | Variação % |
| SEDE | 95.248,34 | 116.498,62 | 22,31 |
| DLPRF 1/2 | 52.466,94 | 52.517,15 | 0,10 |
| POSTO 102 | 9.593,23 | 12.394,29 | 29,20 |
| POSTO 103 | | 8.090,79 | - |
| DLPRF 2/2 | 22.318,48 | 26.363,86 | 18,13 |
| POSTO 202 | 17.245,48 | 15.364,43 | -10,91 |
| POSTO 203 | 12.835,94 | 14.757,32 | 14,97 |
| DLPRF 204 | 10.318,55 | 13.790,30 | 33,65 |
| DLPRF 3/2 | 24.925,15 | 24.061,37 | -3,47 |
| P. FISCAL | 6.926,62 | 6.710,71 | -3,12 |
| POSTO 302 | 14.801,64 | 23.871,18 | 61,27 |
| DLPRF 4/2 | 2.608,19 | 3.729,28 | 42,98 |
| POSTO 401 | 19.621,24 | 17.015,62 | -13,28 |
| DLPRF 5/2 | 3.351,09 | 4.351,76 | 29,86 |
| POSTO 501 | 20.148,64 | 24.027,73 | 19,25 |
| POSTO 502 | 17.152,02 | 17.189,53 | 0,22 |
| DLPRF 6/2 | 22.111,31 | 23.639,89 | 6,91 |
| POSTO 602 | 10.921,21 | 14.257,71 | 30,55 |
| DLPRF 7/2 | 25.145,04 | 22.190,62 | -11,75 |
| DLPRF 8/2 | 18.279,96 | 16.744,01 | -8,40 |
| CIP | 8.512,68 | 9.342,47 | 9,75 |
| **TOTAL** | **414.531,75** | **466.908,64** | **12,64** |

## GASTOS-CEMAT




## SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA

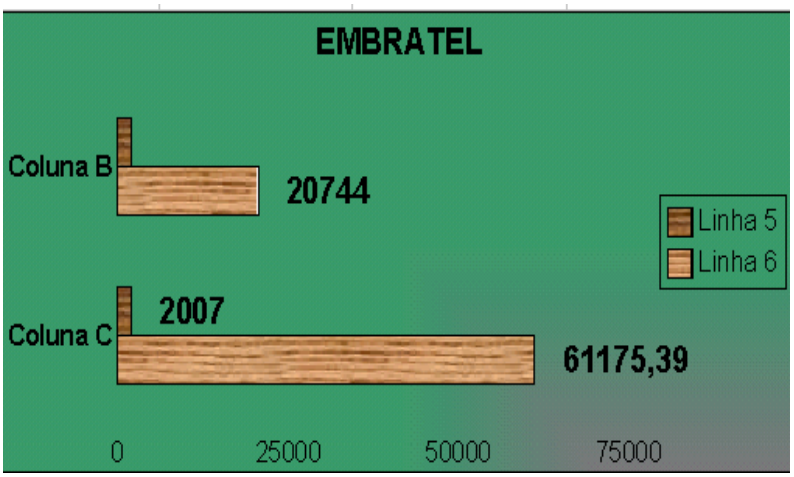
Visando a redução dos custos de ligações de telefonia fixa de longa distância nacional, internacional, e local para aparelhos telefônicos móveis foram adotados os seguintes procedimentos:

1. - Distribuição de senhas pessoais aos servidores da sede da 2ª SRPRF/MT para ligações interurbanas e celulares.
2. - Controle das ligações dos postos fixos da 2ª SRPRF/MT por meio dos mapas de controle de telefonemas, ficando a cargo do Chefe do Posto a responsabilidade das informações;
3. - Análise das ligações constantes das faturas telefônicas com as informações dos mapas de controle enviados mensalmente ao Núcleo;
4. - Cobrança das justificativas das ligações em excesso verificadas por este núcleo.
5. - Realização de novas licitações visando a redução de custos e conseqüentemente uma contratação mais vantajosa para a União.

Concluímos que, em 2007, houve economia de gastos com telefonia, na ordem de 26,20% (vinte e seis vírgula vinte por cento).

# BRASIL TELECOM

| Local | SEDE- 2ª SR.PRF/MT | | | Variação % |
|---|---|---|---|---|
| | | 2006 | 2007 | |
| Consumo R$ / Mês | JAN | 24.181,23 | 6.132,62 | -74,64 |
| | FEV | 18.286,72 | 524,44 | -97,13 |
| | MAR | 16.846,89 | 7.177,53 | -57,40 |
| | ABRI | 20.409,89 | 9.868,09 | -51,65 |
| | MAI | 18.224,65 | 10.580,95 | -41,94 |
| | JUN | 24.519,47 | 7.457,24 | -69,59 |
| | JUL | 17.648,68 | 8.724,59 | -50,57 |
| | AGO | 16.792,70 | 9.274,52 | -44,77 |
| | SET | 19.305,84 | 9.632,79 | -50,10 |
| | OUT | 7.997,80 | 9.470,49 | 18,41 |
| | NOV | 7.073,70 | 9.098,72 | 28,63 |
| | DEZ | 6.672,97 | 11.073,02 | 65,94 |
| TOTAL | | 197.960,54 | 99.015,00 | -49,98 |



## TELEFONIA CELULAR/ AMERICEL-CLARO
### Custo Mensal

| SEDE – 2ª SR.PRF/MT | | | |
|---|---|---|---|
| MÊS | 2006 | 2007 | Variação % |
| JAN | 2.044,80 | 2.978,06 | 45,64 |
| FEV | 1.803,10 | 1.402,18 | -22,24 |
| MAR | 1.806,21 | 2.543,60 | 40,83 |
| ABR | 1.981,93 | 1.226,98 | -38,09 |
| MAI | 3.252,02 | 1.952,03 | -39,97 |
| JUN | 2.688,49 | 1.742,86 | -35,17 |
| JUL | 2.123,02 | 1.660,64 | -21,78 |
| AGO | 2.202,87 | 1.951,00 | -11,43 |
| SET | 2.431,49 | 1.780,45 | -26,78 |
| OUT | 2.372,90 | 1.916,00 | -19,25 |
| NOV | 2.121,82 | 1.209,85 | -42,98 |
| DEZ | 1.112,69 | 0,00 | - |
| **TOTAL** | **25.941,34** | **20.363,65** | **-21,50** |

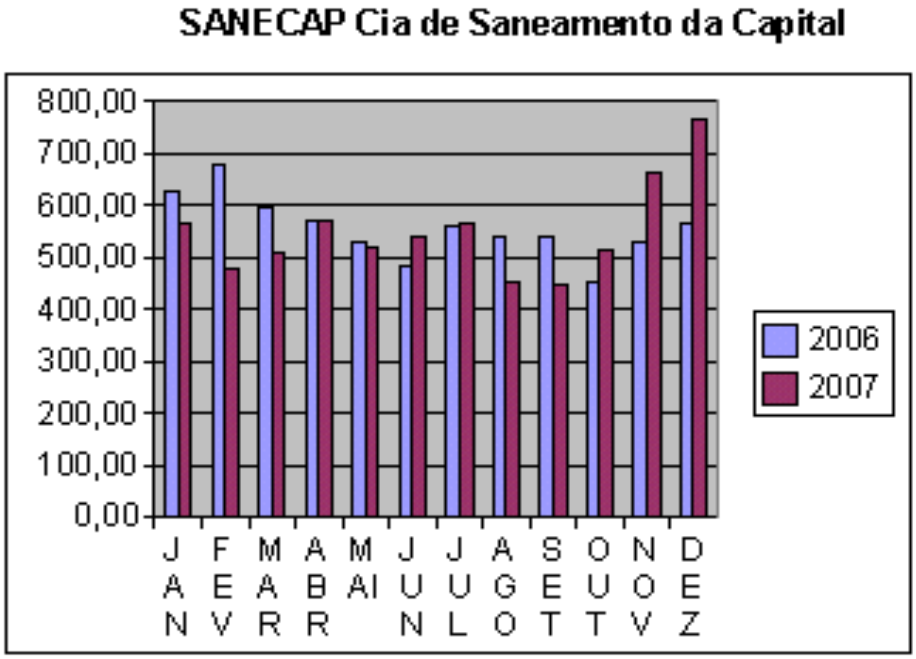
| GASTOS COM TELEFONIA | | | |
|---|---|---|---|
| | 2006 | 2007 | Variação % |
| BRASIL TELECOM | 197.960,54 | 99.015,00 | -49,98 |
| EMBRATEL | 20.744,00 | 61.175,39 | 194,91 |
| VIVO/CLARO | 25.941,34 | 20.363,65 | -21,50 |
| **TOTAL** | **244.645,86** | **180.554,04** | **-26,20** |

**FORNECIMENTO DE ÁGUA SANECAP E DAE**

Em 2007 houve uma redução no consumo em relação ao ano de 2006, na ordem de 1,16% (um vírgula dezesseis por cento).

## SANECAP Cia de Saneamento da Capital

| Local | SEDE- 2ª SR.PRF/MT | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | 2006 | 2007 | Variação % |
| | JAN | 626,35 | 568,15 | -9,29 |
| | FEV | 679,70 | 476,00 | -29,97 |
| | MAR | 597,25 | 509,95 | -14,62 |
| | ABR | 573,00 | 573,00 | 0,00 |
| | MAI | 529,35 | 519,65 | -1,83 |
| CONSUMO | JUN | 485,70 | 539,05 | 10,98 |
| R$ / MÊS | JUL | 558,45 | 563,30 | 0,87 |
| | AGO | 539,05 | 451,75 | -16,20 |
| | SET | 539,05 | 446,90 | -17,09 |
| | OUT | 451,75 | 514,80 | 13,96 |
| | NOV | 529,35 | 665,15 | 25,65 |
| | DEZ | 563,30 | 767,00 | 36,16 |
| TOTAL | | 6.672,30 | 6.594,70 | -1,16 |



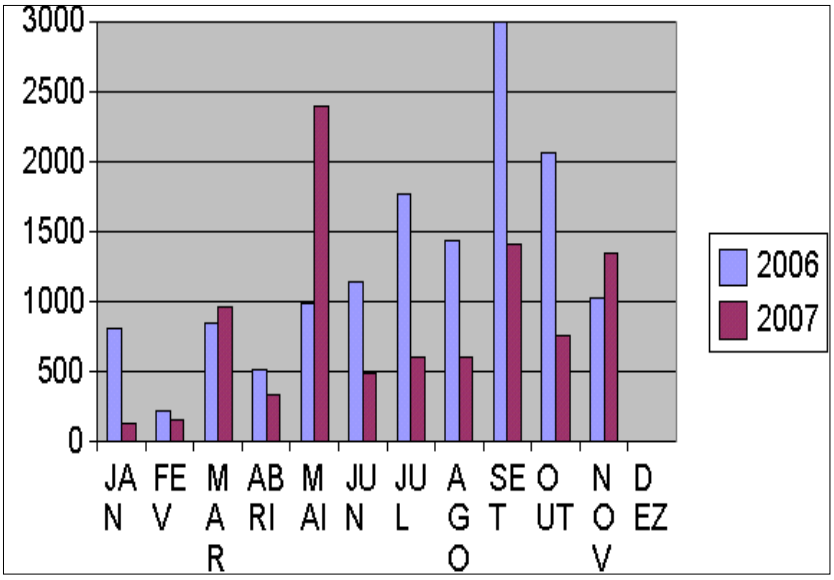
## FORNECIMENTO DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Decorrente das várias licitações realizadas em 2007, houve um decréscimo de 33,70% (trinta e três vírgula setenta por cento) nas despesas em tela.

## IMPRENSA NACIONAL

| Local | SEDE- 2ª SR.PRF/MT | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | 2006 | 2007 | Variação % |
| Consumo R$ / Mês | JAN | 807,84 | 119,68 | -85,19 |
| | FEV | 209,44 | 149,60 | -28,57 |
| | MAR | 837,76 | 957,44 | 14,29 |
| | ABRI | 508,64 | 329,12 | -35,29 |
| | MAI | 987,40 | 2.393,60 | 142,41 |
| | JUN | 1.136,96 | 478,72 | -57,89 |
| | JUL | 1.765,28 | 598,40 | -66,10 |
| | AGO | 1.436,16 | 598,40 | -58,33 |
| | SET | 2.992,00 | 1.406,24 | -53,00 |
| | OUT | 2.064,48 | 748,00 | -63,77 |
| | NOV | 1.017,28 | 1.346,40 | 32,35 |
| | DEZ | - | - | - |
| TOTAL | | 13.763,24 | 9.125,60 | -33,70 |

## IMPRENSA NACIONAL



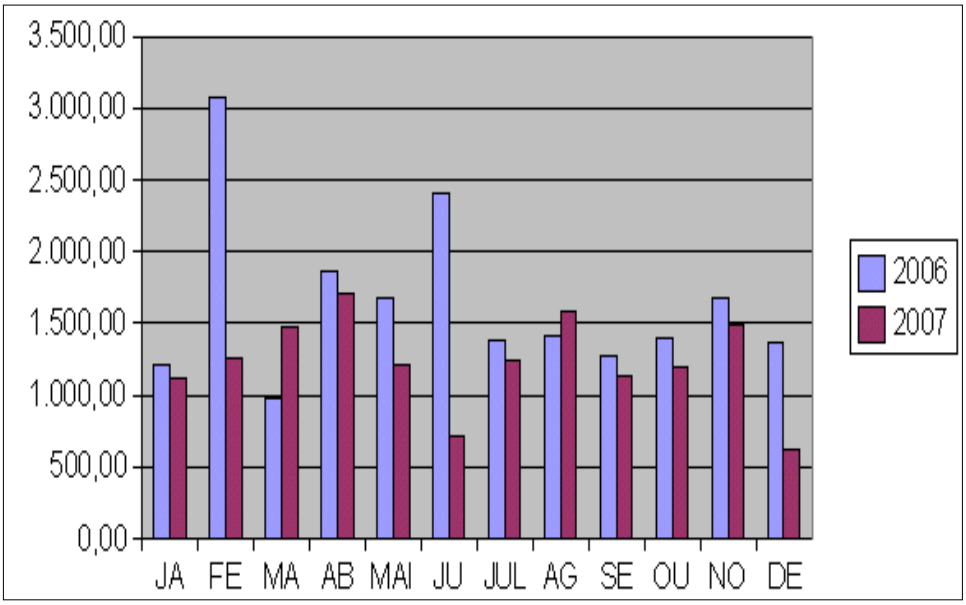
## SERVIÇOS DE CORRESPONDÊNCIAS AGRUPADAS E POSTAIS

Houve diminuição nos gastos com correspondência,na ordem de 25,06% (vinte e cinco vírgula zero seis por cento).

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

| Local | SEDE- 2ª SR.PRF/MT | | | Variação % |
|---|---|---|---|---|
| | | 2006 | 2007 | |
| Consumo R$ / Mês | JAN | 1.205,67 | 1.123,28 | -6,83 |
| | FEV | 3.076,77 | 1.257,21 | -59,14 |
| | MAR | 977,65 | 1.483,43 | 51,73 |
| | ABRI | 1.869,46 | 1.710,80 | -8,49 |
| | MAI | 1.676,09 | 1.208,59 | -27,89 |
| | JUN | 2.408,87 | 713,21 | -70,39 |
| | JUL | 1.388,14 | 1.244,11 | -10,38 |
| | AGO | 1.413,16 | 1.585,53 | 12,20 |
| | SET | 1.268,93 | 1.138,85 | -10,25 |
| | OUT | 1.395,84 | 1.191,36 | -14,65 |
| | NOV | 1.676,63 | 1.497,02 | -10,71 |
| | DEZ | 1.360,88 | 624,15 | -54,14 |
| TOTAL | | 19.718,09 | 14.777,54 | -25,06 |

## GASTOS CORREIOS



**9.3. Desfazimento de veículos oficiais inservíveis ou antieconômicos**

Merece destaque a política implementada pelo Departamento no que tange ao desfazimento de veículos oficiais classificados como inservíveis ou antieconômicos, com vistas à otimização da gestão de renovação da frota.

Cabe ressaltar que os aludidos leilões contaram com forte participação da sociedade, o que demonstra o sucesso do modelo adotado para desfazimento desses bens, razão pela qual encontra-se em fase de implementação dessa forma de desfazimento para outros bens igualmente inservíveis ou antieconômicos.

No exercício de 2007 a forma de realização das hastas públicas foi adequada à redução do rol de veículos a serem leiloados, de forma que foi realizado 1 leilão administrativo na regional totalizando a alienação de 17 veículos do patrimônio desta regional, conforme demonstrativo acima.

**Conclusão**

A realidade sócio-econômica é marcada pelas tensões sociais, inovações tecnológicas, novas estruturas organizacionais e também pela ascensão da criminalidade, conflitos sociais e o conseqüente nervosismo fruto deste contexto de inseguranças, agravado ainda pela expectativa que gera uma nova relação entre o Estado, a sociedade e os indivíduos. Neste cenário de mudanças e riscos, as organizações policiais têm que reestruturar seus processos gerenciais e suas metas estratégicas que são cuidadosamente planejadas, orçadas, controladas e acompanhadas em sua execução e avaliação.

Os gestores em geral que objetivam dar maior eficiência e eficácia ao agregar valores aos resultados operacionais do programa, persistem no objetivo social de primeiro satisfazer as demandas por segurança e restauração do equilíbrio de convivência harmônica, regulado pelos direitos de manutenção da propriedade e integridade física.

Neste sentido, as instituições de segurança são obrigadas a se adaptarem às exigências da sociedade, com contínua renovação de seus métodos operacionais e sistemas de organização do trabalho, devendo estabelecer modelos de suporte gerenciais capazes de gerar informações tempestivas para tomada de decisão, que satisfaçam as necessidades dos diversos usuários, com segurança e confiança, de formas ágeis, rápidas e satisfatórias.

Compete a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais. Mesmo com a capacidade física organizacional insuficiente para atender a demanda por segurança, destacando-se a necessidade de ampliação da capacidade física instalada e o aumento do efetivo operacional que está aquém da capacidade laborativa do Órgão, podemos classificar como satisfatório o desempenho organizacional com base nos resultados obtidos pelos programas "Segurança Pública nas Rodovias Federais e Desenvolvimento Institucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal".

Considerando que os indicadores de eficiência estabelecem relação entre resultados alcançados e insumos utilizados e que se destinam a dimensionar o rendimento operacional da organização e de seus processos, a fim de possibilitar melhorias operacionais, a 2ª SRPRF no exercício 2007 obteve um grau satisfatório de eficiência, haja vista os valores orçamentários

disponibilizados, que não obstante tais recursos terem sido bastante aquém da demanda existente, a Regional se empenhou em atender as ações operacionais previstas otimizando os recursos liberados.

Analisando o desempenho da Regional a partir dos princípios da eficácia, correspondente ao atingimento das metas estabelecidas, no exercício de 2007. A 2ª SRPRF/MT foi eficaz.

No que tange à efetividade da ação institucional, podemos assinalar que o público-alvo passou a sentir a transformação da área de atuação da PRF num ambiente mais seguro. Portanto, uma transformação social que marca o modo de vida da sociedade.

É importante destacar que esse impacto promovido pela Polícia Rodoviária Federal trouxe mudanças no público-alvo, que conta com a PRF não como uma polícia de trânsito, mas como um braço do Estado atuante na Segurança Pública em todos os pontos do Estado, afeiçoando-se por vezes como o único representante do Poder Público na localidade.

No ano de 2007, a Polícia Rodoviária Federal demonstrou mais uma vez sua importância dentro do contexto nacional e consagrou-se como Órgão imprescindível à consecução da Segurança Pública, o que ficou largamente demonstrado nas operações de segurança dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos.

Pelo desenvolvimento de ações integradas, essa Instituição de renome obteve expressivos resultados frente à criminalidade, possibilitando uma situação de mais segurança aos usuários das vias terrestres federais. Por meio da intensificação das ações de prevenção e de repressão ao tráfico ilícito de armas, a entorpecentes, a crimes contra o patrimônio, de modo que foram realizadas operações complexas, de grande vulto e abrangência, as quais contaram com a integração dos esforços das Unidades Regionais e de outras forças de segurança.

O exercício de 2007 foi encerrado com louvor, permeado pelo sentimento do dever cumprido e a certeza de que, a cada dia, a Polícia Rodoviária Federal reafirma-se como uma instituição de credibilidade nacional, trabalhando para a verdade e a justiça.

## Anexo A – Demonstrativos de Tomada de Contas Especiais

No exercício de 2007 não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais no âmbito da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, de sorte que não foram verificadas ocorrências relacionadas a recolhimento do débito antes do encaminhamento do processo ao Tribunal de Contas da União, na forma do item 12 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 85/2007.

Na mesma esteira, em atendimento ao item 14 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 85/2007, cabe consignar que não foram verificadas Tomadas de Contas Especiais cujo valor seja inferior àquele estabelecido pelo Tribunal em normativo específico, conforme inciso I do art. 7º da Instrução Normativa nº 13/1996.

# ANEXO B – Demonstrativos de perdas, extravios ou outras irregularidades

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.002.893/2006-50 | | | | | |
| Tipo de processo: | .. | Sindicância Investigativa | | | .. | Sindicância Acusatória |
| | .. | Sindicância Patrimonial | | | X | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | .. | Ordem de Serviço | .. | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | *Acidente com viatura*<br>**Giovani Fuculo Machado (PRF)** Matrícula SIAPE 1337652, CPF 690.895.150-20, a viatura Oficial S10 foi tombada em uma escolta devido às condições climáticas; O servidor foi apenado com advertência e arcar com o ressarcimento do veículo, ou, havendo leilão, pagar a diferença entre o valor do arremate e o valor do bem, o orçamento para reparo fica custeada em R$ 31.536,00 e o valor do bem atualmente custa R$ 59.692,00, a forma de pagamento da Viatura ainda não foi decidida. | | | | | |
| Situação do processo: | .. | Instrução | .. | Indiciamento/Defesa | .. | Relatório |
| | .. | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |
| Julgamento: | .. | Absolvição | X | Apenação | .. | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | .. | Penalidade Prescrita | | | .. | Arquivamento |
| Pena aplicada: | Advertência | | | | | |
| Remessa dos autos: | .. | MPF | | | .. | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | .. | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

# ANEXO C – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

*Tabela 1 – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura*

| 2005 | 2006 | 2007 |
|---|---|---|
| R$ 0,00 | R$ 1.986,69 | R$ 3.342,11 |

*Tabela 2 – Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura em 2007*

| Descrição da ocorrência | Justificativa | Responsável | Valor (R$) |
|---|---|---|---|
| **3339030.24**: Aquisição de material para utilização no Stand da PRF na EXPOAGRO em Cuiabá/MT. Nota Fiscal: 000676 Casa das Molduras – R. Rodrigues ME: CNPJ 33.718.859/0001-90 | Moldura em madeira e Duratex para montagem do *stand* - 1ª participação da PRF na EXPOAGRO. Exposição de veículos e documentos históricos da PRF no Estado. | Luciano Midon Campos da Luz | 500,00 |
| **3339030.23:** Aquisição de material para utilização no Stand da PRF na EXPOAGRO em Cuiabá/MT. Nota Fiscal: 100.739 Casa de Couro Santa Rita Ltda. CNPJ 79.115.358/0002-09 | Voil liso para montagem do *stand* - 1ª participação da PRF na EXPOAGRO. Exposição de veículos e documentos históricos da PRF no Estado. | Luciano Midon Campos da Luz | 82,00 |
| **3339030.19, 3339030.16, 3339030.24:** Aquisição de material para utilização no Stand da PRF na EXPOAGRO em Cuiabá/MT. Nota Fiscal: 54261- Lojas Ene Esse Ltda. CNPJ: 01.649.646/0010-58 | Corda, papelão, grampo e cabo de aço para montagem do *stand* 1ª participação da PRF na EXPOAGRO. Exposição de veículos e documentos históricos da PRF no Estado. | Luciano Midon Campos da Luz | 208,20 |
| **3339039.16:** Serviços de solda na trava da engrenagem e adaptação do regulador do portão eletrônico. Nota Fiscal: 270 - João Miguel Santos Júnior ME. CNPJ 07.431.095/0001-47 | Serviços de reparo no portão de acesso de veículos da sede da 2ª SRPRF/MT que se encontrava inoperante, pondo em risco a segurança do local. | Janice Lourdes Lorenzzi | 70,00 |
| **3339039.16:** Limpeza de fossa séptica no Posto PRF 102 na serra de São Vicente. Notas Fiscais: 2.246 e 2.234 - Limpa Fossa Santa Helena Ltda ME. CNPJ: 02.276.817/0001-12 | Efetuada duas limpezas da fossa séptica do Posto PRF 102 diante das infiltrações das águas fluviais e entupimento de valas. | Janice Lourdes Lorenzzi | 160,00 |
| **3339039.20:** Conserto de sofá de três lugares no Gabinete do Superintendente Regional. Nota Fiscal: 11. Márcia e Maria de Paula ME – Decor. CNPJ: 02.148.776/0001-89 | Recuperação de estofamento e estrutura do sofá para recepção das autoridades e usuários da regional | Janice Lourdes Lorenzzi | 150,00 |
| **3339030.17:** Aquisição de fita para impressora Epson para o Núcleo de Administração de Pessoal. Nota Fiscal: 087.308. Papelaria Coxipó Com. De Papéis Ltda. CNPJ: 01.882.109/0001-62 | Fita para impressora Epson. Única máquina existente na regional para datilografia de capas de processo. Material não existente no Almoxarifado em face da pequena demanda. | Janice Lourdes Lorenzzi | 34,60 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **3339030.06:** Aquisição de ração canina para animais pertencentes ao patrimônio da regional. Nota Fiscal 003871- Damaforte Produtos Agropecuários Ltda. CNPJ: 03.236.349/0001-15 | Ração canina adulto (canil da PRF) para os animais da regional. Dificuldade em adquirir o material por licitação em face da pouca demanda do material no exercício. | Janice Lourdes Lorenzzi | 395,00 |
| **3339030.06:** Aquisição de ração canina para animais pertencentes ao patrimônio da regional. Nota Fiscal 011010 -Veiga e Veiga Ltda – Pet Center. CNPJ 02.256.092/0001-09 | Ração canina labrador para os animais da regional. Dificuldade em adquirir o material por licitação em face da pouca demanda do material no exercício. | Janice Lourdes Lorenzzi | 160,00 |
| **3339030.22, 3339030.42:** Aquisição de Mangueira de jardim, palha de aço fina, palha de aço média, lápis carpinteiro. Notas Fiscais 925804 e 094477- Todimo Materiais para Construção Ltda. CNPJ 15.357.991/0006-79 | Para manutenção e utilização periódica nas dependências da sede da regional. | Janice Lourdes Lorenzzi | 93,19 |
| **3339030.26:** Serviços de solda na trava da engrenagem e adaptação do regulador do portão eletrônico. Nota Fiscal: 000047 - Ipa Sistema Segurança Eletrônica. CNPJ 07.431.095/0001-47 | Capacitor para conserto do portão eletrônico da garagem | Janice Lourdes Lorenzzi | 45,00 |
| **3339030.07:** Aquisição de água mineral com gás para sala do Gabinete. Nota Fiscal: 563.784 - Supermercado Modelo Ltda. CNPJ 00.949.610/0007-21 | Água mineral 500 ml com gás para Gabinete. Não há empresa contratada para fornecimento do material de consumo. Demanda irrisória para aquisição por meio de licitação. | Janice Lourdes Lorenzzi | 45,12 |
| **3339030.09:** Aquisição de Medicamentos em geral para primeiros socorros. Nota Fiscal: 009465 - Drogaria Maria Izabel. CNPJ: 02.985.262/0001-88 | Demanda da regional pequena para efetuar licitação. Medicamentos para atender ao Núcleo de Saúde da Regional | Lindalva Silva Rosa de Andrade | 559,00 |
| **3339030.26:** Aquisição de Chave magnética e relê de nível para manutenção do Poço Artesiano da 4ª DLPRF. Nota Fiscal: 037947 Pizzatto Materiais Elétricos Ltda – EPP. CNPJ: 04.181.115/0001-80 | Devido a descargas atmosféricas na região houve a queima do suporte de segurança da bomba do poço artesiano da 4ª DLPRF. Imóvel sem abastecimento de água. | Leonardo Cézar da Silva Rodrigues | 240,00 |
| **3339033.25:** Aquisição de Válvula de escoamento, sifão e cuba para conserto de válvula de descarga de sanitário na sede da regional. Nota Fiscal: 001556. Hidracenter – Pagliarini & Mendonça Ltda Me. CNPJ: 03.500.275/0001-82 | Não contamos com contrato de manutenção predial para os imóveis da regional em face da falta de disponibilidade financeira. | Leonardo Cézar da Silva Rodrigues | 290,00 |
| **3339039.17:** Serviço de reparo na válvula de descarga de sanitário na sede da regional. Nota Fiscal: 535. Hidracenter – Pagliarini & Mendonça Ltda Me. CNPJ: 3.500.275/0001-82. | Não contamos com contrato de manutenção predial para os imóveis da regional em face da falta de disponibilidade financeira. | Leonardo Cézar da Silva Rodrigues | 100,00 |
| **3339030.16:** Aquisição de Etiquetas, fita para impressora epson, fita máquina corretiva, fita | Com o acréscimo no volume de processos autuados em fase das multas aplicadas | Leonardo Cézar da Silva | 90,00 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| máquina corrigível. Nota Fiscal: 004032 e 003967. Rodarte–ZF Informática e Papelaria Ltda -CNPJ: 08.216.108/0001-28 | houve aumento na demanda do material de consumo não existente no patrimônio. | Rodrigues | |
| **3339030.25:** Aquisição de Caixa d'água para bebedouro 40 litros inox. Nota Fiscal: 003621 - Refrigeração Master Ltda. CNPJ: 00.394.494/0115-02 | Caixa d'água para bebedouro 40 litros inox para a 1ª DLPRF. | Leonardo Cézar da Silva Rodrigues | 120,00 |
| | | | **TOTAL R$ 3.342,11** |

*Tabela 3 – Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados*

| 2005 | 2006 | 2007 |
|---|---|---|
| 0,00 | R$ 1.085,00 | R$ 1.965,00 |

*Tabela 4 – Cartão de crédito corporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007*

| Descrição da ocorrência | Justificativa | Responsável | Valor |
|---|---|---|---|
| **3339039.17:**Verificação e manutenção de central telefônica da sede da Regional. Nota Fiscal: 1.091 - Telc Telecom Empreendimentos Ltda. CNPJ: 04.841.288/000188. | Verificação e manutenção de central telefônica devido a queda de energia em fase das chuvas ocorridas na região. Não há contrato de manutenção dos equipamentos de comunicação decorrente da falta de disponibilidade financeira. | Janice Lourdes Lorenzzi | 75,00 |
| **3339039.16:** Serviço de retirada e instalação de bomba submersa do poço artesiano. Nota Fiscal: 0000054 - Poço Artesiano Cai nágua. CNPJ: 02.643.095/0001-97 | Serviço de retirada e instalação de bomba submersa do poço artesiano | Janice Lourdes Lorenzzi | 340,00 |
| **3339039.79:** Estrutura metálica para montagem do *stand* 1ª participação da PRF na EXPOAGRO. Nota Fiscal:008 Antônio Marcos de Souza – CPF: 567.285.221-15 | Estrutura metálica para montagem do *stand* 1ª participação da PRF na EXPOAGRO. | Luciano Midon Campos da Luz | 800,00 |
| **3339039.14:** Locação de cadeiras e mesas de plástico para realização do leilão administrativo de viaturas oficiais da PRF. Nota Fiscal: 660 - Cia da Festa – T P Evangelista Locações ME. CNPJ: 07.557.156/0001-17 | A regional não dispõe dos materiais no seu patrimônio. Evento anual para desfazimento dos veículos irrecuperáveis da regional, por meio de leilão administrativo. | Lindalva Silva Rosa de Andrade | 470,00 |
| **3339039.20:** Conserto no mecanismo giratório, lubrificação e revisões em poltronas giratórias. Nota Fiscal: 432 - J Soares Prestadora de Serviços – L J Soares ME CNPJ: 02.990.706/0001-73 | Recuperação do mecanismo giratório, lubrificação e revisões em poltronas giratórias que seriam encaminhadas para depósito. Evitou-se a aquisição de novas poltronas. | Lindalva Silva Rosa de Andrade | 120,00 |
| **3339030.66:** Reconhecimento de firma nos documentos (CRV´s) dos veículos oficiais a serem leiloados. Nota Fiscal: | Reconhecimento de firma nos documentos (CRV´s) dos veículos oficiais a serem leiloados | Lindalva Silva Rosa de Andrade | 160,00 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 40332. 6º Serviço Notarial e Registro de Imóveis. CNPJ: 15.037.419/0001-95 | | | |
| | | | **TOTAL R$ 1.965,00** |

# ANEXO D – Recomendações de Órgãos de Controle

*D.1 - Tribunal de Contas da União*

No exercício de 2007 não foram efetuadas recomendações do Tribunal de Contas da União à 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

*D.2 – Sistema de Controle Interno*

**RELATÓRIO DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO EM 2006 INFORMAÇÃO 01 - 184264/2006**

Em resposta ao ofício nº 22362/2007/GAB/CGU-Regional/MT, encaminhamos o plano de providências (via impressa e em meio magnético) devidamente preenchida por esta UJ com a devida descrição das ações tomadas pela 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em face das constatações relacionadas, como segue:

**1 - Item 01**- GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS
1.1 SUBÁREA - RECURSOS DISPONÍVEIS
1.1.1 ASSUNTO - Cartão de Pagamento do Governo Federal

**1.1 - Recomendação**: Na utilização de recursos de suprimento de fundos efetuada através de saques com o CPGF, devem ser anexadas, na prestação de contas dos gastos efetuados, as justificativas do suprido para pagamentos em espécie, conforme dispõe o Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005 e a Portaria MPOG nº 41, de 04 de março de 2005.

**1.2 - Posicionamento do Gestor:** Concordamos com a recomendação apresentada;

**1.3 - Providências implementadas:** Os gastos com suprimento de fundos oriundos de saques com o cartão de pagamento do Governo Federal já são efetuados com as devidas justificativas dos supridos.

**1.4 - Prazo limite de implementação:** Implementação já em execução.

**2 - Item 02**- GESTÃO FINANCEIRA
2.1 SUBÁREA – PROCESSOS LICITATÓRIOS
2.1.1 ASSUNTO - Formalização Legal

**2.1 - Recomendação**: Atentar para que os preços de referência indicados nos pregões sejam compatíveis com os praticados no mercado, de forma a garantir maior economicidade nos gastos públicos, consultando, sempre que possível, o Sistema de Registro de Preços.

**2.2 - Posicionamento do Gestor:** Concordamos Parcialmente. A consulta de preços é efetuada no mercado local com no mínimo três empresas fornecedoras ou prestadoras dos serviços sendo solicitado que o preço do produto fosse informado para atender o período de aquisição

(normalmente em 01 ano). O pregão reduz consideravelmente esses valores tendo em vista que amplia o número de participantes.

**2.3 - Providências a serem implementadas:** Neste exercício continuamos a consulta de preços por meio do mercado local, utilizando como referência o preço de aquisição do bem com pagamento à vista.

**2.4 - Prazo limite de implementação:** Implementação imediata.

## ANEXO E – Demonstrativo de Transferência realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

| **Tipo** | **Convênio** |
|---|---|
| Código SIAFI/SIASG | 01/2005 |
| Identificação do termo inicial ou aditivos | 2º termo aditivo |
| Objeto da avença | Prorrogação da vigência do convênio pelo período de **01/03/2007 a 28/02/2008** cujo objeto é estabelecer e manter um esquema de cooperação recíproca, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar a plena operacionalização do Decreto nº 87.497/82 que regulamentou a Lei nº 6.494/77 relacionada ao ESTÁGIO DE ESTUDANTES, de interesse curricular, obrigatório ou não, entendido o ESTÁGIO como uma ESTRATÉGIA DE PROFISSIONALIZAÇÃO que complementa o PROCESSO ENSINO – APRENDIZAGEM. |
| Data de publicação no DOU | 07/03/2007 |
| Valor total pactuado | R$ 179.538,00 |
| Valor total recebido/transferido no exercício | R$ 149.184,00 |
| Contra-partida | Não há. |
| Beneficiário(razão social e CNPJ) | Centro de Integração Empresa-Escola: CIEE/MT - CNPJ 61.600.839/0015-50 |
| Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) | Não foi verificado nenhuma TCE ou sindicância com relação a avença. Até 31/12/2007, contávamos com vinte e oito estagiários distribuídos em toda a regional entre nível médio e superior. |

# GESTÃO CORREICIONAL

## 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicialmente cumpre lembrar que o Regimento Interno do DPRF/MJ, regulado através da Portaria 1.375 de 2 de agosto de 2007, aponta um rol de competências à Corregedoria Regional (art.92) e ao Núcleo de Assuntos Internos (93), mas ressalte-se, a célula mater desses setores é zelar pela observância das normas e princípios norteadores da conduta dos servidores do DPRF/MJ, agindo "*latu proativamente*" executando e promovendo trabalhos preventivos e investigações no combate ao desvio de condutas.

## 2- OBJETIVOS GERAIS

Descrever de forma sucinta as atividades que foram desenvolvidas pela Corregedoria Regional e Núcleo de Assuntos Internos da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, em relação no ano de 2007, em dicção aos princípio da publicidade, moralidade, oficialidade e razoabilidade.

## 3 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Demonstrar as dificuldades enfrentadas em relação a falta de efetivo, a instabilidade dos servidores lotados nas Seções de Corregedorias, o financeiro, a falta de operação presença, das comissões, a falta de instrutura física e operacional do NUAI, a falta de empenho dos titulares das Delegacias, Seções e Núcleos.

Os pontos positivos: redução das denúncias, as ações que facilitam os trabalhos correicionais; das demandas: quantitativo das demandas correicionais, dos processos e sindicâncias instaurados, processos em andamento, concluídos e encerrados, total de penalidades; dos recursos; inspeções; necessidades urgentes; das metas, sugestões e anexos.

## 4 – DAS DIFICULDADES.

### 4.1- Do efetivo

Entre as dificuldades encontradas para desenvolver as atividades correicionais se destacam o efetivo reduzido de servidores que queiram colaborar na atividade correicional, atualmente contamos com apenas 02 (dois) servidores lotados na Seção de Correição, assim distribuídos, 01 (um) respondendo pela Chefia da Corregedoria e outro pela Chefia do NUAI.

A falta de motivação em conjunto com a falta de suporte administrativo financeiro, gera uma sensação de ineficiência administrativa, conotando na atividade meio e fim, um "status" de impunidade.

### 4.2- Da instabilidade dos servidores lotados nas Seções de Corregedorias

A visão distorcida da atuação da Corregedoria, a falta de proteção e instabilidade na carreira dos servidores lotados nas Corregedorias, aliada a falta de reconhecimento nas avaliações dos

servidores que colaboram nos trabalhos correicionais, são obstáculos que constantemente estão presentes nos trabalhos correicionais.

Temos ainda a vinculação direta e subordinada das Seções de Corregedorias Regionais aos Superintendentes Regionais, lembrando que o cargo da chefia desses setores, são funções de confiança do Superintendente que em muitas vezes dispensam sem reserva atenção às atividades desses setores, causando-lhes um descompasso.

Tudo isso são causas que propiciam um "status" de instabilidade correicional, de um trabalho na contra mão da exigência da sociedade moderna, ademais, um dos objetivos da atividade correicional é a observância das normas e princípios norteadores da conduta dos servidores e a preservação da imagem da instituição diante da sociedade e entidades representativas, o que exige de todos uma participação sinalagmática e efetiva, atuante em conformidade com a moderna visão de corregedoria participativa adotada pelo DPRF/MJ.

**4.3-Do financeiro**

A falta de recursos e a destinação de verbas insuficientes, tem sido extremamente danoso para cumprimento das metas correicionais, pois a sua liberação não ocorre em tempo hábil.

**4.4- Da falta da Operação Presença**

A falta da operação presença está intrinsecamente ligada a falta de recursos, prejudicando a visita aos postos e Delegacias e a não aquisição de equipamentos solicitados,

**4.5- Da falta de instrutura física e operacional do NUAI**

Há necessidade de Estruturação do Núcleo de Assuntos Internos - NUAI e Corregedoria nas Regionais com compra de equipamentos de informática, filmadoras, gravadores de voz, material bélico (a PT 100 .40 é enviável), móveis, veículos e distribuição de servidores com disposição de participarem de comissões permanentes, dando maior agilidade na instrução dos processos na Regional.

| Unidade: Corregedoria/NUAI 2ºSRPRF/MT | Quantidade |
|---|---|
| Viaturas caracterizadas | 1<br>Clio 05/05 |
| Viaturas descaracterizadas | 1<br>Blazer 98/98 |
| Notebooks | 1 |
| Impressoras portáteis | 0 |
| Filmadoras | 0 |
| Máquinas digitais | 0 |
| Gravadores de voz | 0 |
| | |
| Unidade: | Efetivo |
| PRFs | 2 |
| Contratados, estagiários, administrativos, tercerizados | 1 |
| Colaboradores | 0 |
| | |
| Unidade: | Destinação das Salas |
| Sala 1 | Corregedoria |
| Sala 2 | Núcleo de Assuntos Internos |
| Sala 3 | Audiência |

OBS: 450.000 Km/rodados

Atualmente as funções desta Seção de Corregedoria Regional encontra-se prejudicada, conforme demonstrativo abaixo.

**4.6- Das comissões**

A Comissão disponibilizada para esta Regional foi de essencial importância para a instauração dos procedimentos considerados graves e que deram muita repercussão negativa para a instituição no Estado. Mas, por outro lado, em termos gerais a não disponibilização em quantidade solicitada de servidores de outras regionais para atuarem em procedimentos disciplinares de certa forma dificulta nosso desempenho correicional.

Tivemos alguns problemas no atendimento da comissão disponibilizada no que tange a logística como viatura e material de informativa (Notebook, impressora) para que a mesma pudesse efetuar deslocamentos de urgência que não estavam programados; Tais como, oitiva de testemunhas que se apresentaram para serem oitavados na cidade de Paranaíta-MT.

**4.7- Da falta de empenho dos titulares da Delegacias, Seções e Núcleos**

No geral, há falta de empenho desses titulares e parte de servidores da administração em colaborar com a Corregedoria Regional nas ações de aproximação e repressão a atos ilícitos, bem como participação em Comissões de Processos Administrativos.

**5- Dos pontos positivos**

**5.1- Redução das denúncias**

Considerando os recursos disponibilizados e servidores, as ações da Corregedoria foram desenvolvidas dentro das possibilidades operacionais possíveis e com certeza necessitaremos apoio da Corregedoria-Geral por meio de força tarefa afim de que possamos reduzir as demandas processuais.

Porém, a conscientização de cada servidor em relação as normas de condutas, só será possível se houver uma participação efetiva de todos os servidores, não só da Corregedoria. Atualmente temos sob nossa responsabilidade 90 processos, sendo 67 aguardando instauração e 23 instaurados, conforme dispostos abaixo.

Para maiores detalhes segue concluso neste relatório (anexo 2) o mapa cartorial desta regional, descardichando e demonstrando particularidades do rol de processos retrocitados.

**5.2 - Das ações que facilitaram os trabalhos correicionais**

- ✓ Intercâmbio com as demais Regionais na composição de CPAD, troca de informações, cumprimento de cartas precatórias.

- ✓ Colaboração por parte de duas Delegacias, que mesmo enfrentando dificuldades, disponibilizou servidores para atuarem em processos na Regional.

- ✓ A efetiva execução dos recursos destinados a nossa Corregedoria Regional, muito embora não tenhamos cumpridos com nosso objetivo maior que é diminuição da demanda reprimida.

- ✓ O sistema correicional desta Regional tem reconhecimento de outras instituições em face das parcerias e trocas de informações com os demais órgãos representativos, isto se dá pelo esforço da Corregedoria Regional e Corregedoria Geral do trabalho em equipe.

- ✓ A melhora do nível escolar dos servidores em geral, o fortalecimento mesmo que gradual da ética profissional, comprometimento com a instituição, fácil acesso a Corregedoria Geral e a implementação da Corregedoria Participativa.

**6 - Das necessidades urgentes**

- ✓ É necessário que seja implantado um projeto de capacitação e aperfeiçoamento de servidores que irão atuar no AGS e em comissões de Processos Administrativos, por parte do DPRF. A capacitação em Processos Administrativos deve abranger não só a legislação, mais também técnicas de interrogatório, para que essas atividades sejam desenvolvidas de forma técnica e com resultados mais eficientes.

- ✓ Estruturação do Núcleo de Assuntos Internos e Corregedoria nas Regionais com compra de equipamentos, móveis, veículos e distribuição de servidores com disposição de participarem de comissões permanentes, dando maior agilidade na instrução dos processos na Regional.

- ✓ Maior empenho dos servidores principalmente daqueles que ocupam funções na administração no auxílio direto dos trabalhos correicionais, pois a ordem e a disciplina é dever de todos nós servidores, não pode ser responsabilidade exclusiva da Corregedoria.

- ✓ Estabelecer parcerias com outros órgãos, proporcionando a aquisição de conhecimentos complementares por meio de palestras e cursos.

- ✓ Efetuar gestão para reformulação dos critérios utilizados na avaliação de desempenho e progressão funcional dos servidores. As avaliações não contemplam o trabalho correicional.

- ✓ Disponibilizar a consulta de informações e decisões administrativas, fazendo gestão junto à Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, para que os pareceres daquela casa também sejam disponibilizados para o DPRF.

- ✓ Dar conhecimento aos integrantes de CPAD das principais causas de nulidades, verificadas nos procedimentos no âmbito do DPRF.

- ✓ Regulamentar o uso das gravações autorizadas, como meio de realização de diligências preliminares.

- ✓ Diminuir o tempo entre a entrada da denúncia e a decisão final para evitar a ocorrência de prescrições e buscar a eficiência do trabalho correicional.

## 7 – DO QUANTITATIVO DAS DEMANDAS CORREICIONAIS

### 7.1 – Demanda da corregedoria regional.

- ✓ 25 - Novas denúncias recebidas e autuadas durante o ano;
- ✓ 60 - Procedimentos aguardando instauração de sindicância ou PAD;
- ✓ 09 - Procedimentos conclusos para julgamento.

### 7.2- Processos e sindicâncias instaurados.

- ✓ 25 - Processos Administrativos Instaurados;
- ✓ 08 - Sindicâncias Instauradas.

- ✓ Totalizando 33 Processos e Sindicâncias Instaurados.

### 7.3 - Processos administrativos concluídos no ano.

- ✓ 12 - Processos Administrativos Disciplinares
- ✓ 12 - Sindicâncias Administrativas

- ✓ Totalizando 24 procedimentos disciplinares concluídos em 2007

### 7.4 - Processos em andamento

- ✓ 10 - Sindicâncias Administrativas
- ✓ 18 - Processos Administrativos

- ✓ Totalizando 28 Processos em andamento.

### 7.5- Total de penalidades aplicadas no ano de 2007.

- ✓ 02 demissões
- ✓ 01 advertência

- ✓ Total de 03 penalidades aplicadas.

## 8- DOS RECURSOS

### 8.1- Execução dos recursos liberados à corregedoria regional.

| Fig. 01- da execução dos recursos liberados à corregedoria regional | |
|---|---|
| Valores repassados pela Corregedoria Geral | R$ 29.688,80 |
| Valores repassados pela corregedoria para pagamento passagens | R$ 1.500,00 |
| | |
| **Total de recursos recebidos** | **R$ 31.188,80** |
| | |
| Valores executados com pagamentos de diáras pela 2ª SR.PRF | R$ 18.640,27 |
| Valores transferidos para 21ª SR.PRF-RO para pagamento | |
| de diárias para servidores colocados a disposição da 2ª SR-MT | R$ 7.030,36 |
| Valores de diárias usados para compra de passagens aéreas | R$ 2.665,95 |
| | |
| **Total de valores executados** | **R$ 28.336,58** |
| | |
| **Valores devolvidos a Corregedoria Geral** | **R$ 2.852,22** |

## 9- INSPEÇÕES E METAS

### 9.1- Inspeções e operações correicionais.

Durante o ano de 2007, o programa de Inspeção Sistemática e a continuidade dos trabalhos preventivos que estávamos fazendo durante o ano de 2006, com a presença da Corregedoria nas Delegacias e Postos, ficaram prejudicados por falta de recursos e falta de efetivo na Corregedoria e NUAI.

Participamos em conjunto com a Seção de Policiamento e Fiscalização de reuniões para tratar de assuntos referente àquela Seção com a participação da Corregedoria Regional, utilizando recursos daquela Seção.

### 9.2- Metas para o exercício 2008.

Intensificar os trabalhos preventivos com a presença da Corregedoria e NUAI nos Postos e Delegacias, inclusive com a participação em comandos e operações da Seção de Policiamento.

Fazer gestão junto à administração para a estruturação das Comissões de éticas para que grande parte dos procedimentos de menor relevância possam ser dirimidos e julgados na seara ética.

Gestão para incrementar a Corregedoria e NUAI de recursos financeiros, humanos e estrutura logística, para a redução da demanda reprimida, para que a Corregedoria possa priorizar o trabalho preventivo de combate a corrupção no sentido amplo.

A capacitação dos servidores que atuam e poderão vir a trabalhar nas Comissões de Processos Administrativos, priorizando a formação de Comissões permanentes para dar maior

agilidade e eficiência na gestão disciplinar, evitando com isso os problemas relacionados a avaliação dos servidores integrantes de comissões.

Dar maior agilidade aos procedimentos de menor potencial ofensivo, principalmente os casos de penalidade de advertência que geralmente são atingidos pela prescrição.

Finalmente podemos dizer que os esforços foram concentrados com objetivo de manter um padrão mínimo de qualidade e produtividade, para que possamos atender a missão fundamental da Polícia Rodoviária Federal, a qual tem como prioridade a segurança nas rodovias federais, garantindo a manutenção da Lei e da ordem, como valores fundamentais da dignidade humana.

## 10- SUGESTÕES

Considerando as dificuldades enfrentadas durante todo o ano, principalmente na demora para a liberação dos recursos financeiros, prejudicando de certa maneira os trabalhos correicionais bem como a continuação dos trabalhos preventivos e educacionais com a operação presença da Corregedoria nos postos e Delegacias, sugerimos:

- ✓ Que seja planejado a disponibilização de **recursos** desde o primeiro mês (janeiro) de cada ano evitando a lacuna que perdura de janeiro a março;

- ✓ A Estruturação do NUAI é imprescindível, tanto logístico quanto humano, mas diante das dificuldades, seria de bom grado que a corregedoria-geral disponibilizasse um quite de equipamentos básicos para o NUAI;

- ✓ É também necessário que se faça **alteração no Regimento Interno** colocando as Corregedorias Regionais no mesmo patamar dos Senhores Superintendentes com total autonomia para desenvolver os trabalhos correicionais, liberando inclusive o Gestor da responsabilidade e o ônus das atividades correicionais.

## 11 – RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - item 7 do anexo V da DN-TCU/85/2007

**1.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.003.244/2006-76** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 04/12/2006 | | | |

| | |
|---|---|
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Roubo de Arma** |
| Possível Prescrição | - Advertência – 04/06/2007<br>- Suspensão – 04/12/2008<br>- Demissão – 04/12/2011 |

**2.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.593/2007-17** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 02/04/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Abuso de Autoridade** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 02/10/2007<br>- Suspensão – 02/04/2009<br>- Demissão – 02/04/2012 | | | |

**3.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.496/2006-88** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 07/08/2006 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Denúncia contra Servidor** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência –07/02/2007<br>- Suspensão – 07/08/2008<br>- Demissão – 07/08/2011 | | | |

**4.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.156/2007-01** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 24/01/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Furto de peças de Veículos Retidos | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 24/07/2007<br>- Suspensão – 24/01/2009<br>- Demissão – 24/01/2012 | | | |

**5.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661..000.641/2004** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 05/04/04 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Disparo de Arma de Fogo** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 05/10/2004<br>- Suspensão –05/04/2006<br>- Demissão – 05/04/2009 | | | |

**6.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.161/2006-60** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 11/07/2006 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Incidente de PRF e Polícia Civil** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 11/01/2006<br>- Suspensão – 11/07/2008<br>- Demissão – 11/07/201 | | | |

**7.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.208/2004** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 12/07/04 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Denúncia Maus Tratos** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 12/01/2005<br>- Suspensão – 12/07/2006<br>- Demissão – 12/07/2009 | | | |

**8.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.003.259/2006-34** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 05/12/2006 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Acidente com Viatura** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 05/6/2007<br>- Suspensão – 05/12/2008<br>- Demissão – 05/12/2011 | | | |

**9**.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.452/2004** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 11/03/2004 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Denúncia Contra PRF** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 11/09/2004<br>- Suspensão – 11/03/2006<br>- Demissão – 11/03/2009 | | | |

**10.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.666./2007-71** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 13/04/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Falta de urbanidade** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 13/10/2007<br>- Suspensão – 13/04/2009<br>- Demissão – 13/04/2012 | | | |

**11.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.387/2003** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 11/09/2003 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Denúncia Contra PRF/ Cobrança de Dívida de Terceiro** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 11/03/2004<br>- Suspensão – 11/09/2005<br>- Demissão – 11/092008 | | | |

## 12.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.003.528/2005-81** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 22/11/2005 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **DESAPARECIMENTO DE RETROVISOR SCANIA** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 21/05/2006<br>- Suspensão – 22/11/2007<br>- Demissão – 21/11/2010 | | | |

## 13.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.003.534/2005-39** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 23/11/2005 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Denúncia Contra Servidor** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 23/05/2006<br>- Suspensão – 23/11/2007<br>- Demissão – 23/11/2010 | | | |

## 14.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.601/2007-25** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 03/04/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Abuso de Autoridade** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 03/10/2007<br>- Suspensão – 03/04/2009<br>- Demissão – 03/04/2012 | | | |

**15.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.654/2005-00** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 07/06/2005 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Denúncia Contra Servidor** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 07/12/2005<br>- Suspensão – 07/06/2007<br>- Demissão – 07/06/2010 | | | |

**16.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.904/2006-00** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 24/10/2006 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Abuso de Poder** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 24/04/2007<br>- Suspensão – 24/10/2008<br>- Demissão – 24/10/2011 | | | |

**17.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.395/2007-53** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 02/03/2007 | | | |

| | |
|---|---|
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Não Observar Normas Legais Regulamentares |
| Possível Prescrição | - Advertência – 02/09/2007<br>- Suspensão – 02/03/2009<br>- Demissão – 02/03/2012 |

## 18.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.805/2006-01** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 02/06/2006 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Denúncia Contra Servidor | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 02/12/2006<br>- Suspensão – 02/06/2008<br>- Demissão – 02/06/2011 | | | |

## 19.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.832/2005-94** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 21/06/2005 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Denúncia Contra Servidor** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 21/12/2005<br>- Suspensão – 21/06/2007<br>- Demissão – 21/06/2010 | | | |

## 20.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.003.513/2005-13** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 21/11/2005 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração | **Falta de Urbanidade/Representação** | | | |

| | |
|---|---|
| (descrição sucinta): | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 21/05/2006<br>- Suspensão – 21/11/2007<br>- Demissão – 21/11/2010 |

## 21.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.885/2003-43** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 11/07/2003 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Falta de Urbanidade/Corrupção (Propina) | | | |
| Possível Prescrição | -Advertência – 11/01/2004<br>- Suspensão – 11/07/2005<br>- Demissão – 11/07/2008 | | | |

## 22.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.003.518/2003** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 15/12/2003 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Denúncia Anônima de Corrupção | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 15/06/2004<br>- Suspensão – 15/12/2005<br>- Demissão –15/12/2008 | | | |

## 23.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.104/2004** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 22/01/04 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Corrupção / Propina | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 22/07/2004<br>- Suspensão – 22/01/2006<br>- Demissão –22/01/2009 | | | |

## 24.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.605/2004** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 30/03/04 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Abuso de Autoridade | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 30/09/2004<br>- Suspensão –30/03/2006<br>- Demissão – 30/03/2009 | | | |

## 25.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.152/2007-50** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 15/08/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Denúncia contra servidor | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 15/02/2008<br>- Suspensão – 15/08/2009<br>- Demissão – 15/08/2012 | | | |

## 26.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.669.004.031/2005-19** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 04/10/2005 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Apurar as causas do acidente com VTR placas jfo-9036 VW/gol** | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 04/04/2005<br>- Suspensão – 04/10/2007<br>- Demissão – 04/10/2010 | | | |

## 27.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.899/2006-27** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 23/10/2006 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Abuso de Autoridade | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 23/04/2007<br>- Suspensão – 23/10/2008<br>- Demissão – 23/10/2011 | | | |

**28.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.404/2006-42** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 03/05/2006 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Falta de Urbanidade | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 05/11/2006<br>- Suspensão - 05/11/2008<br>- Demissão – 03/05/2011 | | | |

**29.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.866/2004** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 9/04/04 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Denúncia | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 19/10/2004<br>- Suspensão – 19/04/2006<br>- Demissão – 19/04/2009 | | | |

**30.**

| | |
|---|---|
| Número do processo: | **08.650.001.161/2005-29** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 13/08/2002 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Improbidade Administrativa | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 13/02/2003<br>- Suspensão – 13/08/2004<br>- Demissão – 13/08/2007 | | | |

**31.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.515/2006-59** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 09/05/2006 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Denúncia Contra Servidor/ Falta de Urbanidade / Elaboração Indevida de BO. | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 09/11/2006<br>- Suspensão – 09/05/2008<br>- Demissão – 09/05/2011 | | | |

**32.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.209/2007-01** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 14/06/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Manutenção de Viatura sem Autorização | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 14/12/2007<br>- Suspensão – 14/06/2009<br>- Demissão – 14/06/2012 | | | |

**33.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.543/2005-11** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 24/08/2005 | | | |

| | |
|---|---|
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros.** |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 24/02/2006<br>- Suspensão – 24/02/2007<br>- Demissão – 24/02/2010 |

## 34.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.529/2005** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 04/03/2005 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Corrupção (Propina) | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 04/09/2005<br>- Suspensão – 04/03/2007<br>- Demissão – 04/03/2010 | | | |

## 35.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.003.547/2007-70** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 21/11/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Denúncia contra Servidor | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 21/05/2008<br>- Suspensão – 21/05/2009<br>- Demissão – 21/05/2012 | | | |

## 36.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.003.548/2007-14** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 21/11/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Denúncia contra Servidor | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 21/05/2008<br>- Suspensão – 21/05/2009<br>- Demissão – 21/05/2012 | | | |

**37.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.049/2007-92** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 30/05/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Acidente com viatura | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 30/11/2007<br>- Suspensão – 30/05/2009<br>- Demissão – 30/05/2012 | | | |

**38**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.340/2007-61** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 26/06/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Denúncia contra servidor | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 04/12/2007<br>- Suspensão – 26/06/2009<br>- Demissão – 26/06/2012 | | | |

**39.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.999/2005-72** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 03/10/2005 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Agressão Física | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 03/04/2006<br>- Suspensão – 03/10/2007<br>- Demissão – 03/10/2010 | | | |

## 40.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.705/2004** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 05/10/2004 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Abuso de Autoridade | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 05/04/2005<br>- Suspensão – 05/10/2006<br>- Demissão – 05/10/2009 | | | |

## 41.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.650.001.208/2002-73** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 18/08/2002 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Criação Irregular das ASPRF/MT | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 18/02/2003<br>- Suspensão – 18/08/2004<br>- Demissão – 18/08/2007 | | | |

## 42.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.901/2004** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 03/05/2004 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Abuso de Autoridade / Maus Tratos | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 03/11/2004<br>- Suspensão – 03/05/2006<br>- Demissão – 03/05/2009 | | | |

## 43.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.009/2006-60** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 20/03/2006 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Abuso / Falta de Urbanidade | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 20/09/2006<br>- Suspensão – 20/03/2008<br>- Demissão – 20/03/2011 | | | |

## 44.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.616/2007-93** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 04/04/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Extravio de Identidade Funcional | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 04/10/2007<br>- Suspensão – 04/042009<br>- Demissão – 04/04/2012 | | | |

## 45.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.313/2004** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 17/02/2004 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Abuso de Autoridade / Corrupção | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 17/08/2004<br>- Suspensão – 17/02/2006<br>- Demissão –17/02/2009 | | | |

**46.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.649/2007-51** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 25/07/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Abuso de autoridade | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 25/01/2008<br>- Suspensão – 25/07/2009<br>- Demissão – 25/07/2012 | | | |

**47.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.753/2005-83** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 13/06/2005 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Furto de Pneus de Veículos Retido | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 13/12/2005<br>- Suspensão – 13/06/2007<br>- Demissão – 13/06/2010 | | | |

**48.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.898/2006-82** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 23/10/2006 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Furto de Equipamento de Veículo Apreendido | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 23/04/2007<br>- Suspensão – 23/10/2008<br>- Demissão – 23/10/2011 | | | |

**49.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.003.549/2007-69** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 21/11/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Denúncia contra Servidor | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 21/05/2008<br>- Suspensão – 21/05/2009<br>- Demissão – 21/05/2012 | | | |

## 50.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.444/2004-51** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 20/04/2004 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Ameaça de Morte | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 20/10/2004<br>- Suspensão – 20/04/2006<br>- Demissão – 20/04/2009 | | | |

## 51.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.901/2005-87** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 16/09/2005 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Possíveis Maus Tratos. | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 16/03/2006<br>- Suspensão – 16/09/2007<br>- Demissão – 16/09/2010 | | | |

## 52.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.650.000.590/2002-06** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 29/04/2002 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Possível Liberação de Veículo e Incontinência Pública PRF | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 29/04/2002<br>- Suspensão – 29/04/2004<br>- Demissão –29/04/2007 | | | |

**53.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.068/2003** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 04/08/2003 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Falta de Urbanidade/Corrupção | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 04/02/2004<br>- Suspensão –04/08/2005<br>- Demissão –04/08/2008 | | | |

**54.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.724/2006-85** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 15/02/2006 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Infringir as Normas da Instrução Normativa Nº 02, de 03 de Março de 2005. | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 15/08/2006<br>- Suspensão – 15/02/2008<br>- Demissão – 15/02/2011 | | | |

**55.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.213/2003** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 22/08/2003 | | | |
| Motivo da não | | | | |

| | |
|---|---|
| instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Extravio de Processo de Pagamento de Fotografo |
| Possível Prescrição | - Advertência – 22/02/2004<br>- Suspensão – 22/08/2005<br>- Demissão – 22/08/2008 |

**56.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.001.664/2004** | | | |
| Tipo de processo: | x | Sindicância Investigativa | | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 29/09/04 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Calúnia/Difamação (TV GAZETA) | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 29/03/2004<br>- Suspensão – 29/09/2006<br>- Demissão – 29/09/2009 | | | |

**57.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.000.797/2007-58** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 04/05/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Acidente com viatura | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 04/11/2007<br>- Suspensão – 04/05/2009<br>- Demissão – 04/05/2012 | | | |

**58.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.004.001/2007-36** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 28/12/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Possiveis irregularidades | | | |

| | |
|---|---|
| Possível Prescrição | - Advertência – 28/06/2008<br>- Suspensão – 28/12/2009<br>- Demissão – 28/12/2012 |

**59.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.003.216/2007-30** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 23/10/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Falta de Urbanidade | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 23/04/2008<br>- Suspensão – 23/10/2009<br>- Demissão – 23/10/2012 | | | |

**60.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.0003.798/2007-54** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 10/12/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Representação Contra Servidor | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 10/06/2008<br>- Suspensão – 10/012/2009<br>- Demissão – 10/12/2012 | | | |

**61.**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | **08.661.002.821/2007-93** | | | |
| Tipo de processo: | | Sindicância Investigativa | x | Processo Administrativo-disciplinar |
| | | Sindicância Patrimonial | | Sindicância Acusatória |
| Data de Conhecimento do Fato: | 08/10/2007 | | | |
| Motivo da não instauração | **Falta de Recursos Financeiros e pessoal capacitado.** | | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Denúncia de Irregularidade | | | |
| Possível Prescrição | - Advertência – 08/04/2008<br>- Suspensão – 08/10/2009<br>- Demissão – 08/10/2012 | | | |

## Processos Julgados

**62**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.650.001.513/2003-46 | | | | | |
| Tipo de processo: | .. | Sindicância Investigativa | | | .. | Sindicância Acusatória |
| | .. | Sindicância Patrimonial | | | X | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | .. | Ordem de Serviço | .. | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Liberação irregular de veículo | | | | | |
| Situação do processo: | .. | Instrução | .. | Indiciamento/Defesa | .. | Relatório |
| | .. | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |
| Julgamento: | .. | Absolvição | X | Apenação | .. | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | .. | Penalidade Prescrita | | | .. | Arquivamento |
| Pena aplicada: | demissão | | | | | |
| Remessa dos autos: | .. | MPF | | | .. | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | .. | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**63**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.002.457/2002-57 | | | | | |
| Tipo de processo: | .. | Sindicância Investigativa | | | .. | Sindicância Acusatória |
| | .. | Sindicância Patrimonial | | | X | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | .. | Ordem de Serviço | .. | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Coação de testemunha | | | | | |
| Situação do processo: | .. | Instrução | .. | Indiciamento/Defesa | .. | Relatório |
| | .. | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Julgamento: | .. | Absolvição | .. | Apenação | .. | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | .. | Penalidade Prescrita | | | X | Arquivamento |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | .. | MPF | | | .. | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | .. | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**64.**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.000.487/2006-52 | | | | | |
| Tipo de processo: | .. | Sindicância Investigativa | | | .. | Sindicância Acusatória |
| | .. | Sindicância Patrimonial | | | X | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | .. | Ordem de Serviço | .. | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Transporte irregular de madeira | | | | | |
| Situação do processo: | .. | Instrução | .. | Indiciamento/Defesa | .. | Relatório |
| | .. | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |
| Julgamento: | .. | Absolvição | X | Apenação | .. | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | .. | Penalidade Prescrita | | | .. | Arquivamento |
| Pena aplicada: | demissão | | | | | |
| Remessa dos autos: | .. | MPF | | | .. | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | .. | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**65**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.000.240/2007-17 | | | | | |
| Tipo de processo: | X | Sindicância Investigativa | | | .. | Sindicância Acusatória |
| | .. | Sindicância Patrimonial | | | .. | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | .. | Ordem de Serviço | .. | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Extravio de carteira funcional | | | | | |
| Situação do processo: | .. | Instrução | .. | Indiciamento/Defesa | .. | Relatório |
| | .. | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Julgamento: | ·· | Absolvição | ·· | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | | X | Arquivamento |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | | ·· | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**66**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.002.544/2006-38 | | | | | |
| Tipo de processo: | X | Sindicância Investigativa | | | ·· | Sindicância Acusatória |
| | ·· | Sindicância Patrimonial | | | ·· | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | ·· | Ordem de Serviço | ·· | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Denúncia contra PRF | | | | | |
| Situação do processo: | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | ·· | Relatório |
| | ·· | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |
| Julgamento: | ·· | Absolvição | ·· | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | | X | Arquivamento |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | | ·· | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**67**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.003.431/2007-31 | | | | | |
| Tipo de processo: | ·· | Sindicância Investigativa | | | ·· | Sindicância Acusatória |
| | ·· | Sindicância Patrimonial | | | X | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | ·· | Ordem de Serviço | ·· | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Denúncia contra Servidor | | | | | |
| Situação do | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | ·· | Relatório |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | ·· | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |
| Julgamento: | ·· | Absolvição | ·· | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | | X | Arquivamento |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | | ·· | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**68**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.003.402/2006-98 | | | | | |
| Tipo de processo: | ·· | Sindicância Investigativa | | | ·· | Sindicância Acusatória |
| | ·· | Sindicância Patrimonial | | | X | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | ·· | Ordem de Serviço | ·· | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Agressão física | | | | | |
| Situação do processo: | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | ·· | Relatório |
| | ·· | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | ·· | Processo Julgado |
| Julgamento: | ·· | Absolvição | ·· | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | | X | Arquivamento |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | | ·· | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**69**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.001/242/2006-42 | | | | | |
| Tipo de processo: | ·· | Sindicância Investigativa | | | ·· | Sindicância Acusatória |
| | ·· | Sindicância Patrimonial | | | X | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | ·· | Ordem de Serviço | ·· | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Prisão em flagrante | | | | | |
| Situação do | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | ·· | Relatório |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | .. | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |
| Julgamento: | .. | Absolvição | X | Apenação | .. | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | .. | Penalidade Prescrita | | | .. | Arquivamento |
| Pena aplicada: | demissão | | | | | |
| Remessa dos autos: | .. | MPF | | | .. | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | .. | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**70**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.001.064/2004 | | | | | |
| Tipo de processo: | X | Sindicância Investigativa | | | .. | Sindicância Acusatória |
| | .. | Sindicância Patrimonial | | | .. | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | .. | Ordem de Serviço | .. | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Disparo de arma de fogo | | | | | |
| Situação do processo: | .. | Instrução | .. | Indiciamento/Defesa | .. | Relatório |
| | .. | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |
| Julgamento: | .. | Absolvição | .. | Apenação | .. | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | .. | Penalidade Prescrita | | | X | Arquivamento |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | .. | MPF | | | .. | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | .. | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**71**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.001.061/2002-92 | | | | | |
| Tipo de processo: | .. | Sindicância Investigativa | | | .. | Sindicância Acusatória |
| | .. | Sindicância Patrimonial | | | X | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | .. | Ordem de Serviço | .. | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Receber adicional noturno indevido**<br>Reinam Araújo Ramos (chefe da 1º Del.)Mat SIAPE 106755 CPF 550.767.931-20, Ailton Antônio da Silva (PRF) Mat. SIAPE 1069533 CPF 162.144.392-20, Moacir Sousa Moreira (PRF) Mat. SIAPE 1301445 CPF 546.703.811-72, Lindomar Elias | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | dos Santos (PRF) Mat. SIAPE 1301482, CPF 556.136.591-68, o processo gerou através de denuncia que os PRF's estariam recebendo adicional noturno de forma indevida, com a apuração dos fatos, traspareceu que os referidos policias ja haviam trabalhado várias vezes fora do horário devido, para ajudar na escala, e que o adicional estava correto, por isso o processo foi arquivado com absolvição dos acusados. | | | | | |
| Situação do processo: | .. | Instrução | .. | Indiciamento/Defesa | .. | Relatório |
| | .. | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | X | Processo Julgado | |
| Julgamento: | .. | Absolvição | .. | Apenação | .. | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | .. | Penalidade Prescrita | | X | Arquivamento | |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | .. | MPF | | .. | AGU | |
| Recomendação de Instauração de TCE | .. | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**72**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.001.300/2003 | | | | | |
| Tipo de processo: | .. | Sindicância Investigativa | | .. | Sindicância Acusatória | |
| | .. | Sindicância Patrimonial | | X | Processo Administrativo-disciplinar | |
| Ato instaurador: | X | Portaria | .. | Ordem de Serviço | .. | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | Data: | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Atuar como procurador | | | | | |
| Situação do processo: | .. | Instrução | .. | Indiciamento/Defesa | .. | Relatório |
| | .. | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | X | Processo Julgado | |
| Julgamento: | .. | Absolvição | .. | Apenação | .. | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | .. | Penalidade Prescrita | | X | Arquivamento | |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | .. | MPF | | .. | AGU | |
| Recomendação de Instauração de TCE | .. | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**73**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.003.299/2006-86 | | | | | |
| Tipo de processo: | ☐ | Sindicância Investigativa | | ☒ | Sindicância Acusatória | |
| | ☐ | Sindicância Patrimonial | | ☐ | Processo Administrativo-disciplinar | |
| Ato instaurador: | ☒ | Portaria | ☐ | Ordem de Serviço | ☐ | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | Data: | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Roubo de celular funcional:**Marcelo Vítor Antunes Maciel, (chefe do NUAI) Mat. SIAPE 1068898, CPF 340.045.481-87, o servidor estava em uma lanchonete próximo a sua casa, quando houve o assalto, foram subtraidos bens de várias | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | pessoas, inclusive o celular funcional do servidor, o processo foi arquivado e não houve ressarcimento ao erário por não constatar culpa. | | | | | |
| Situação do processo: | ☐ | Instrução | ☐ | Indiciamento/Defesa | ☐ | Relatório |
| | ☐ | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | ☒ | Processo Julgado |
| Julgamento: | ☐ | Absolvição | ☐ | Apenação | ☐ | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | ☐ | Penalidade Prescrita | | | ☒ | Arquivamento |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ☐ | MPF | | | ☐ | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | ☐ | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**74**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.650.000/748/2003-11 | | | | | |
| Tipo de processo: | ☐ | Sindicância Investigativa | | | ☐ | Sindicância Acusatória |
| | ☐ | Sindicância Patrimonial | | | ☒ | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | ☒ | Portaria | ☐ | Ordem de Serviço | ☐ | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Possível conduta irregular de PRF | | | | | |
| Situação do processo: | ☐ | Instrução | ☐ | Indiciamento/Defesa | ☐ | Relatório |
| | ☐ | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | ☒ | Processo Julgado |
| Julgamento: | ☐ | Absolvição | ☐ | Apenação | ☐ | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | ☐ | Penalidade Prescrita | | | ☒ | Arquivamento |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ☐ | MPF | | | ☐ | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | ☐ | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**75**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.000.008/2004 | | | | | |
| Tipo de processo: | .. | Sindicância Investigativa | | | .. | Sindicância Acusatória |
| | .. | Sindicância Patrimonial | | | X | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | .. | Ordem de Serviço | .. | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Abuso de autoridade | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |
| Situação do processo: | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | ·· | Relatório |
| | ·· | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | X | Processo Julgado | |
| Julgamento: | ·· | Absolvição | ·· | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | X | Arquivamento | |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | ·· | AGU | |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**76**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.002.143/2006-88 | | | | | |
| Tipo de processo: | X | Sindicância Investigativa | | ·· | Sindicância Acusatória | |
| | ·· | Sindicância Patrimonial | | ·· | Processo Administrativo-disciplinar | |
| Ato instaurador: | X | Portaria | ·· | Ordem de Serviço | ·· | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | Data: | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Roubo de pistola** Lúcia Bento (PRF) Mat. SIAPE 11999764, CPF 460.881.481-87, a Servidora foi vítima de assalto em sua residência sendo subtraído bens pessoais e a Pistola patrimoniada pela PRF. Não houve ressarcimento ao erário, por não constatar culpa. | | | | | |
| Situação do processo: | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | ·· | Relatório |
| | ·· | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | X | Processo Julgado | |
| Julgamento: | ·· | Absolvição | ·· | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | X | Arquivamento | |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | ·· | AGU | |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**77**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.000.967/2006-13 | | | | | |
| Tipo de processo: | X | Sindicância Investigativa | | ·· | Sindicância Acusatória | |
| | ·· | Sindicância Patrimonial | | ·· | Processo Administrativo-disciplinar | |
| Ato instaurador: | X | Portaria | ·· | Ordem de Serviço | ·· | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | Data: | | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Roubo de pistola:** João Batista Araújo (PRF) Mat. SIAPE 1069525, CPF 276.479.861-04, o fato ocorreu devido a um assalto em uma loja de distribuição de | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | produtos (comércio), subtraiu-se bens pessoais das pessoas no local e a Pistola de patrimônio da PRF que estava na carga do policial retro, por não constatar culpa o processo foi arquivado. | | | | | |
| Situação do processo: | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | ·· | Relatório |
| | ·· | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |
| Julgamento: | ·· | Absolvição | ·· | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | | X | Arquivamento |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | | ·· | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**78**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.000.842/1995 | | | | | |
| Tipo de processo: | X | Sindicância Investigativa | | | ·· | Sindicância Acusatória |
| | ·· | Sindicância Patrimonial | | | ·· | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | ·· | Ordem de Serviço | ·· | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Certificado de 2º grau falso | | | | | |
| Situação do processo: | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | ·· | Relatório |
| | ·· | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |
| Julgamento: | ·· | Absolvição | X | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | | ·· | Arquivamento |
| Pena aplicada: | demissão | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | | ·· | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**79**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.000.230/1995 | | | | | |
| Tipo de processo: | X | Sindicância Investigativa | | | ·· | Sindicância Acusatória |
| | ·· | Sindicância Patrimonial | | | ·· | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | ·· | Ordem de Serviço | ·· | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Certificado de 2º grau falso | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Situação do processo: | .. | Instrução | .. | Indiciamento/Defesa | .. | Relatório |
| | .. | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |
| Julgamento: | .. | Absolvição | X | Apenação | .. | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | .. | Penalidade Prescrita | | | .. | Arquivamento |
| Pena aplicada: | demissão | | | | | |
| Remessa dos autos: | .. | MPF | | | .. | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | .. | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**80**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.002.304/2004 | | | | | |
| Tipo de processo: | X | Sindicância Investigativa | | | .. | Sindicância Acusatória |
| | .. | Sindicância Patrimonial | | | .. | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | .. | Ordem de Serviço | .. | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Abuso de autoridade | | | | | |
| Situação do processo: | .. | Instrução | .. | Indiciamento/Defesa | .. | Relatório |
| | .. | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |
| Julgamento: | .. | Absolvição | .. | Apenação | .. | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | .. | Penalidade Prescrita | | | X | Arquivamento |
| Pena aplicada: | | | | | | |
| Remessa dos autos: | .. | MPF | | | .. | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | .. | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |

**81**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.002.803/2006-21 | | | | | |
| Tipo de processo: | .. | Sindicância Investigativa | | | .. | Sindicância Acusatória |
| | .. | Sindicância Patrimonial | | | X | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | .. | Ordem de Serviço | .. | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Possivel falta de urbarnidade | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Situação do processo: | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | | ·· | Relatório |
| | ·· | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado | |
| Julgamento: | ·· | Absolvição | ·· | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) | |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | | X | Arquivamento | |
| Pena aplicada: | | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | | ·· | AGU | |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | | |

**82**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.001.047/2004 | | | | | |
| Tipo de processo: | X | Sindicância Investigativa | | | ·· | Sindicância Acusatória |
| | ·· | Sindicância Patrimonial | | | ·· | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | ·· | Ordem de Serviço | ·· | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | Retenção de motocicleta da PRF por MST | | | | | |
| Situação do processo: | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | | ·· | Relatório |
| | ·· | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado | |
| Julgamento: | ·· | Absolvição | ·· | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) | |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | | X | Arquivamento | |
| Pena aplicada: | | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | | ·· | AGU | |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | | |

**83**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.002.767/2006-03 | | | | | |
| Tipo de processo: | X | Sindicância Investigativa | | | ·· | Sindicância Acusatória |
| | ·· | Sindicância Patrimonial | | | ·· | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | ·· | Ordem de Serviço | ·· | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição | Desentendimento entre PRF's | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| sucinta): | | | | | | | |
| Situação do processo: | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | | ·· | Relatório |
| | ·· | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado | |
| Julgamento: | ·· | Absolvição | ·· | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) | |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | | X | Arquivamento | |
| Pena aplicada: | | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | | ·· | AGU | |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | | |

**84**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.002.353/2003 | | | | | |
| Tipo de processo: | ·· | Sindicância Investigativa | | | ·· | Sindicância Acusatória |
| | ·· | Sindicância Patrimonial | | | X | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | ·· | Ordem de Serviço | ·· | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | **Extravio de talão de Auto de Infração:** Ramão Vilalva (PRF) Mat. SIAPE 1069622, CPF 102.601-91, o processo gerou com a denúncia por omissão de zelo de material público sob sua responsabilidade, não foi constatado a culpa do servidor, por isso o processo foi arquivado sem penalidade. | | | | | |
| Situação do processo: | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | | ·· | Relatório |
| | ·· | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado | |
| Julgamento: | ·· | Absolvição | ·· | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) | |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | | X | Arquivamento | |
| Pena aplicada: | | | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | | ·· | AGU | |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número do processo: | 08.661.002.893/2006-50 | | | | | |
| Tipo de processo: | ·· | Sindicância Investigativa | | | ·· | Sindicância Acusatória |
| | ·· | Sindicância Patrimonial | | | X | Processo Administrativo-disciplinar |
| Ato instaurador: | X | Portaria | ·· | Ordem de Serviço | ·· | Outros (especificar) |
| Numero e data do Ato: | Nº: | | | | Data: | |
| Fato sob apuração (descrição sucinta): | *Acidente com viatura*<br>**Giovani Fuculo Machado (PRF)** Matrícula SIAPE 1337652, CPF 690.895.150-20, a viatura Oficial S10 foi tombada em uma escolta devido às condições climáticas; O servidor foi apenado com advertência e arcar com o ressarcimento do veículo, ou, havendo leilão, pagar a diferença entre o valor do arremate e o valor do bem, o orçamento para reparo fica custeada em R$ 31.536,00 e o valor do bem atualmente custa R$ 59.692,00, a forma de pagamento da Viatura ainda não foi decidida. | | | | | |
| Situação do processo: | ·· | Instrução | ·· | Indiciamento/Defesa | ·· | Relatório |
| | ·· | Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____ | | | X | Processo Julgado |
| Julgamento: | ·· | Absolvição | X | Apenação | ·· | Instauração de PAD ( na hipótese de sindicância) |
| | ·· | Penalidade Prescrita | | | ·· | Arquivamento |
| Pena aplicada: | Advertência | | | | | |
| Remessa dos autos: | ·· | MPF | | | ·· | AGU |
| Recomendação de Instauração de TCE | ·· | Valor do dano causado ou estimado (R$): | | | | |